



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ALDEFRAN ALVES PEREIRA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CIDADE DE AROAZES:
Indígenas, Jesuítas e Fazendeiros na Formação sociocultural**

**PICOS-PI
2017**

ALDEFRAN ALVES PEREIRA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CIDADE DE AROAZES:
Indígenas, Jesuítas e Fazendeiros na Formação sociocultural

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí-UFPI como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina de TCC II.

Orientador(a): Mrs. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

PICOS-PI
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

P436h Pereira, Aldefran Alves

História e memória da cidade de Aroazes: indígenas, jesuítas e fazendeiros na formação sociocultural / Aldefran Alves Pereira. – 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (71 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador: Prof. Me.Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior.

1. História do Aroazes. 2.Memória Indígena.
3.Cidade de Aroazes-PI. I. Título.

CDD 981.812.22

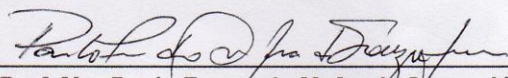
ALDEFRAN ALVES PEREIRA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CIDADE DE AROAZES:
Indígenas, Jesuítas e Fazendeiros na Formação sociocultural

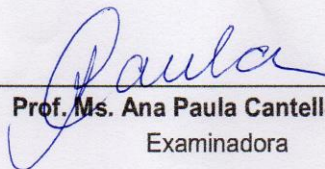
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí-UFPI como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina de TCC II.

Aprovada em: 12 / 12 / 2017

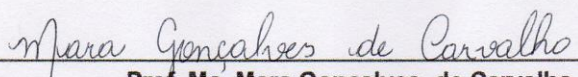
BANCA EXAMINADORA



Prof. Mrs. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior
Orientador(a)



Prof. Ms. Ana Paula Cantelle Castro
Examinadora



Prof. Ms. Mara Gonçalves de Carvalho
Examinadora

PICOS-PI
2017

AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram, conhecimentos foram adquiridos e desafios foram superados. A realização desse trabalho, não constitui em uma tarefa fácil, mais a partir dele percebi meus limites e descobrir que nunca estive só. Inúmeras pessoas contribuíram para esta realização. Este é momento de agradecê-las.

Agradeço a Deus pela força e coragem ao longo desta caminhada e pela conclusão de mais uma etapa na minha vida.

Ao meu Orientador Professor Mrs. Paulo Mafra, agradeço por sua paciência, confiança, compreensão, incentivo e orientação ao meu trabalho.

Aos meus amados pais, Alvino Alves e Inhá Alves da Costa, obrigado pela educação e pelos os valores que me deram, me ensinando sempre a trilhar o caminho do bem. Uma eterna gratidão por tudo que fizeram por mim.

A minha namorada Maria Antônia de Fátima e Silva, obrigada pela paciência, incentivo e carinho.

Aos amigos e pessoas do meu convívio por uma amizade e seu apoio, que fizeram a diferença nessa conclusão de curso.

E por fim, aos demais docente que contribuíram para o meu processo de aprendizagem.

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar as histórias e memórias da cidade, no período do aldeamento indígena à instalação das primeiras fazendas no Piauí. Discutiremos a historiografia indígena, como o Índio é visto pelos colonizadores, buscando compreender o lugar reservado ao índio pelas autoridades governamentais através do projeto colonizador de catequização e civilização. O foco central dessa pesquisa busca compreender a história dos Aroazes a partir dos discursos historiográficos produzidos a cerca dos indígenas no Piauí, Brasil e América Latina. Seu desenvolvimento fundamenta-se através da análise de fontes documentais, orais e escritas - apostilas, livros, pesquisas informativas do IBGE, trabalhos, relatos e entrevistas. Discute-se as formas de contato entre os indígenas e colonizadores, com o objetivo de um projeto de catequizar e civilizar para a população indígena dessa região.

Palavras-chave: História dos Aroazes. Memória indígena. Cidade de Aroazes. Formação Sociocultural. Colonização do Piauí.

ABSTRACT

The present work consists of analyzing the histories and memories of the city, in the period of the indigenous village to the installation of the first farms in Piauí. We will discuss Indian historiography, as the Indian is seen by the colonizers, seeking to understand the place reserved for the Indian by the governmental authorities through the colonizing project of catechization and civilization. The central focus of this research is to understand the history of the Aroazes from the historiographical discourses produced around the Indians in Piauí, Brazil and Latin America. Its development is based on the analysis of documentary, oral and written sources - handouts, books, IBGE informative surveys, works, reports and interviews. It discusses the forms of contact between the indigenous and colonizers, with the objective of a project to catechize and civilize the indigenous population of this region.

Keywords: History of the Aroazes. Indigenous memory. City of Aroazes. Sociocultural Formation. Colonization of Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização e limites da cidade de Aroazes.....	20
Figura 2	Fazenda Serra Negra e Curral de Pedras.....	20
Figura 3	Placa na cidade de Aroazes em referência às missões jesuíticas.....	28
Figura 4	Casa Grande.....	36
Figura 5	Coluna de Pedra em homenagem a índia Aruana	38
Figura 6	Igreja de Aroazes – Sagrado Coração de Jesus.....	40
Figura 7	Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 1983.....	44
Figura 8	Retábulo da Capela com a Imagem de N.S. da Santana.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Historiografia Indígenas – Piauí, Brasil e América Latina	12
2 HISTÓRIA DE AROAZES	20
2.1 Indígenas, jesuítas e fazendeiros na formação sociocultural	20
2.2 Monumentos Indígenas	39
3 MEMÓRIA DO POVO NA CIDADE DE AROAZES: Sujeitos históricos, desenvolvimento urbano e monumentos (in)material	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	58
APÊNDICE “A” - ENTREVISTA.....	59
APÊNDICE “B” – TABELA DE DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS	61
APÊNDICE “C” – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL	62
.....	67
ANEXOS	68
ANEXO A – Doc. de 1846 (julho, 11) – Oeiras do Piauí.	69
ANEXO B – Doc. de 1847 (julho, 21) – Oeiras do Piauí.	71

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe uma discussão da história e memória da cidade de Aroazes, sua formação a partir dos registros escritos e monumentos acerca dos indígenas, jesuítas e fazendeiros.

Este trabalho tem como objetivo analisar os contatos entre o homem colonizador e indígenas do Piauí que culminaram na implantação do projeto de catequização e civilização para a população indígena dessa região.

Eu, na condição de estudante do Curso de História, resolvi centrar meu exercício de pesquisador de uma forma objetiva, buscando clareza nos acontecimentos da história e memória da cidade de Aroazes; baseando-se em documentos, memórias reais e relatos dos participantes da pesquisa que foi desenvolvida por meio de entrevistas escritas e oral tendo por base a descrição da memória desse povo.

Para a construção deste trabalho utilizei métodos descritivos onde procurei delimitar de forma clara e precisa as informações pesquisadas em livros e fornecidas pelos participantes conhecedores dessa história. Nessa pesquisa bibliográfica procurei descrever fatos que ocorreram desde do início da civilização indígena em Aroazes até os dias atuais.

O processo de seleção foi feito com base nos conhecimentos históricos que os entrevistados tinham sobre a cidade de Aroazes, suas vivências e suas experiências. Procurei coletar o máximo de informações e memórias de Aroazes mediante o uso de fontes escritas e documentais da cidade. Como: revistas, fotos, livros, apostilas, mapas da cidade, trabalhos, poesias e relatos. Essas obras citadas serviram de base para minha pesquisa, são elas: FREITAS, Sonia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. 2006. NUNES, Emília Pereira da Silva. *Versos do Dr. Jeremias Pereira da Silva*. Entrevista concedida a Antônio José Mambenga, 2012. OEIRAS, Joca. *Fazenda Serra Negra: o Piauí que o Piauí desconhece*. 2010. NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros*. OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Esses registros foram encontrados na Revista Encontro de Vaqueiros Resgatando Histórias ano III.

Este trabalho consiste, em estudar a catequese e o projeto civilização município de Aroazes. O catolicismo contribuiu para as transformações dos espaços urbanos da cidade, como: As construções de templos religiosos, feito com auxílio de escravos que viviam nas fazendas. Esse local servia como ponto de adoração para todos.

No período colonial a colonização do Piauí surgiu com as fazendas de gado, na mesma época da invasão dos colonizadores e aldeamento indígenas, onde os jesuítas tinham a importante missão de catequizar os índios. As terras foram ocupadas para implantação de uma economia baseada na criação de gado (NUNES, 1975). A economia indígena era de subsistência, do seu trabalho para o consumo.

Na época da colonização, o território piauiense apresentava diversas características. Com: Chapadas, caatingas, serras, rios e várzeas abundantes.

Seus principais cursos d'água, o rio Parnaíba e seus afluentes como Gurguéia, Canindé, Poti, Longá, Itaueira, Piauí, entre outros formavam imensas áreas produtivas. Toda essa conjuntura propiciava a colonização.

Nessa época o Piauí registrou inúmeros conflitos entre os colonizadores e os indígenas, pois a "civilização" invadiu o território nordestino alimentada por fonte de ambição em busca de ouro, prata e pedra preciosas.

O próprio conceito de resistência indígena quebrou uma suposta totalidade da dominação, das simulações, acordos e alianças, buscando compreender as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas durante o período colonial; entretanto, é importante perceber que essa resistência não é apenas uma reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada.

John Monteiro (apud NOVAES, 1999, p. 273-249) discuti a visão que, por muito tempo, foi apresentada do binômio índio resistente verso índio colaborador, explicados como características naturais do índio, como também a reação indígena vinculada à obstinação do índio ou a uma reação anônima e coletiva, o que de certa forma esvazia uma perspectiva de se perceber o índio como sujeito de sua própria história, capaz de fazer articulações em situações de conflitos. Afirma também que muitos valores atribuídos aos índios são aprendidos e instrumentalizados com a finalidade de abrir espaços de diálogo e negociações. É neste espaço intermediário que se articula a resistência dos povos indígenas.

A reação indígena era também premeditada e organizada estrategicamente, através de combates na mata, como também da distribuição de trincheiras em volta das aldeias. Ela pode estar relacionada à capacidade de luta, como também à capacidade de adaptação do grupo.

Os índios aroaques tinham como tática de defesa fazer emboscadas para contra-atacar a tropa que seguia em seu encalço. Esses índios também procuravam cobrir todos os vestígios de sua passagem, para dificultar aproximação das tropas.

Também foram encontrados relatos de táticas coletivas, como a colonização de paliçadas ao redor da aldeia e dos fossos cobertos com a vegetação local para disfarçar, dificultando assim a chegada dos inimigos. Utilizam ainda, como táticas de guerra e trincheiras. Em outras ocasiões utilizaram a caiçara como forma de proteção.

Pode-se perceber que o grupo utilizava várias táticas, muitas delas eram utilizadas pelos brancos como por exemplo: a domesticação de cães, o uso de cerca de proteção em volta da aldeia, as plantas e as diversidades apresentadas pela geografia da região. Dessa maneira, ocorriam os encontros entre os índios e a tropa, sempre com poucos prisioneiros e mortos de ambos os lados.

A resistência indígena também utilizava a recorrência às autoridades, como na atitude memorável e rara, naquele que talvez seja o único documento da capitania do Piauí de autoria de um índio, sendo acusado o governado. Em 1804 o índio Gueguê da aldeia de São Gonçalo de Amarante, Severino de Sousa, denunciou ao príncipe regente Dom João os abusos cometidos pelo governo Pedro Cesar e Menezes, contra sua filha Maria de Sousa.

A resistência de Pimenteira estava relacionada com três fatores: 1 – Atitude de mobilidade, principalmente com o deslocamento de São Francisco, atravessando a Serra Dois Irmãos e passando a habitar em território piauiense; 2 – A formação de um novo grupo, com a junção de dois fugitivos do São Francisco: Coripó e Prassaniú, que ficaram, desde o século XVII até o século XIX, no sertão Piauí; 3 – A atitude de resistência dos Pimenteira, durante tanto tempo de guerra continua, parece estar relacionada às características físicas e geográficas do Sudeste do Piauí, onde o sertão – com serras, caatingas, rios, várzeas, vales e chapadas – oferecia proteção à população nativa e muita dificuldade ao colonizador.

Diante disso, visando despertar uma reflexão e compreensão a respeito da catequização e “civilização” indígena do Piauí, o presente estudo fundamenta-se a

partir de uma análise de documentos escritos e informações bibliográficas de estudiosos que referenciam o tema em evidência.

A monografia está dividida em três capítulos, onde trataremos sobre a historiografia indígena, a história de Aroazes, dos monumentos dos povos nativos, dos índios, jesuítas, e fazendeiros na formação sociocultural, memórias, relatos orais e escritos de pessoas que vivem no lugar. Os documentos apresentados nessa pesquisa foram: os registros da cidade escrito e oral, pesquisas do IBGE com coletas de dados bibliográficos e informativos. Todos os temas trabalhados foram devidamente comprovados e registrados. Nas entrevistas podemos citar: Antônio Pereira da Silva¹; Doralice Soares da Costa²; Djalma Soares de Sepúlveda³; José Ribamar Mourão⁴; Milton Araújo da Silva⁵ e Odimar Mendes Frazão⁶. Todos esses participantes são filhos de Aroazes e habitantes da mesma. (fotos dos entrevistados apêndice “B” e termo de Concessão de Direitos Sobre Depoimento Oral apêndice “C”). Como filho de Aroazes usei como critério de seleção o meu conhecimento com as pessoas do lugar e as informações que tive de que os mesmos poderiam ajudar na minha pesquisa, compartilhando com dados reais da cidade de Aroazes. Tenho que destacar a entrevistada Doralice Soares da Costa pela sua imensurável contribuição e veracidade dos fatos e detalhes em cada resposta apresentada por ela. Destaco ainda um parentesco da filha da Idealizadora do hino de Aroazes Dona Adelina Soares. O hino de Aroazes foi encomendado pelo o representante da época para festejar a emancipação da cidade.

1.1 Historiografia Indígenas – Piauí, Brasil e América Latina

Aroazes é considerada a comunidade mais antiga e importante na civilização e cristianização do povo. Para o célebre jesuíta Padre Gabriel Malagrida é importante lembrar que no processo de civilização do Sertão piauiense, especificadamente Aroazes, existia uma tradição, de que as origens da atual cidade, estão num acampamento que foi o grande reduto de Francisco Dias Siqueira.

¹ Investigador de Polícia, casado, nascido em 05 de novembro de 1923.

² Funcionária Pública Estadual, casada, nascido em 13 de maio de 1955, residente na Rua Cícero Portela, 983.

³ Lavrador, casado, nascido em 31 de dezembro de 1928.

⁴ Agricultor, casado, nascido em 20 de novembro de 1929.

⁵ Lavrador, casado, nascido em 25 de abril de 1946.

⁶ Pedreiro, casado, nascido em 06 de setembro de 1939.

Segundo fontes históricas e confirmações de alguns estudiosos sobre o assunto, foi realmente esse homem que veio organizar essa comunidade. Segundo o historiador piauiense Odilon Nunes, os índios “fervilhavam como formigas” nas margens dos Rios do Piauí (NUNES, 2007, destacando assim a grande quantidade de indígenas que habitavam o território antes da chegada dos colonizadores).

O termo “índio” é denominação do colonizador e não necessariamente representa a diversidade cultural, histórica ou atual, dos povos nativos do continente americano. Denominação, usada de forma pejorativa. Ainda assim, padronizou-se nesse trabalho a escrita “índio” ou “indígena” quando se faz referência aos primeiros habitantes e seus descendentes nativos contemporâneos das terras do Brasil, em particular do Piauí.

A hegemonia da cultura letrada, juntamente com a recorrência de narrativas escrita que enfatizam o extermínio das populações nativas do Piauí, nos levou a interrogar tais narrativas, com a pretensão de evidenciar o seu lugar de produção e o tempo e espaço que as variadas narrativas escritas querem representar.

Tendo compreender as mudanças desta hegemonia, recorreremos ao historiador inglês Raymond Williams que considera a hegemonia:

um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentido e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerado como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes (WILLIAMS, 1979: 113).

Trilhamos a ideia de um caminho singular pautado tão somente na hegemonia como manipulação e doutrinação, mais sim de uma prática complexa, que se renova continuamente, sofrendo resistências, desafiadas por pressões (WILLIAMS, 1979).

Ancorado nessas discussões, do caráter temporal das narrativas e suas representações do tempo da experiência humana. Referenciamo-nos a região conhecida no século XVII como “Alto Sertão do São Francisco”, atual estado do Piauí. A região foi o último reduto nordestino a ser colonizado pelo homem branco. A colonização tardia foi um dos fatores para consolidar os vales piauienses como um corredor migratório, de variadas populações indígenas.

Os povos indígenas eram vistos pelos colonizadores como incapazes e preguiçosos, pois não se submetiam aos trabalhos forçados. Esses nativos viviam em conflitos porque não aceitavam a escravidão e muitas vezes resistiam as imposições dos colonos. Os índios estavam a procura de um lugar que possa oferecer uma abundante mata frutífera para alimentar seu povo e também um espaço onde possa trabalhar para o seu sustento e toda a sua família. Pois comunidade indígena ela é toda fundada nas relações de parentescos ou vizinhança entre os seus membros.

Os laços históricos culturais com as organizações sociais pré-colombianas são evidentes importantes, pois é bobagem imaginar que se pode definir “índio” na base do preguiçoso princípio sub - relativista segundo qual “índio é qualquer um que achar que é”. Não é qualquer um; e não basta achar ou dizer; só é índio, como eu disse, quem se garante. (Por outro lado, são sim parentes dos índios aqueles que os índios acharem que são seus parentes e ponto final, pois só os índios podem garantir isso). Para Eduardo Viveiro de Castro, 2006 o índio é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecida por ela como tal. Nós, antropólogos devíamos nos orgulhar do fato de que o Brasil de hoje está cheio de comunidades querendo ser indígenas. Devemos nos orgulhar, porque contribuimos para reavaliar, dar um outro valor, à noção de “índio”. Hoje a população urbana do país, que sempre teve vergonha da existência dos índios no Brasil, estão em condições de igualdade, e devem tratar com um pouco mais de respeito o povo indígena.

Considerados pelos colonos, como um povo sem cultura e religião, um povo sem história, o índio trouxe muitos benefícios aos colonos que passaram a usufruir de suas terras. Na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, ocorreu também a expansão da área ocupada pelas fazendas, tendo início os conflitos com os últimos povos indígenas em guerra com o colonizador na capitania do Piauí.

Durante essa fase, ocorreu o abandono de diversas fazendas pelos moradores locais e depois, o despovoamento da região, com a dispersão dos povos indígenas para que ocorresse um repovoamento colonial e a construção geográfica – social daquela área.

A colonização no Brasil obedeceu aos princípios de uma colonização exploradora, no qual os Europeus vieram com o intuito de conseguir enriquecer rapidamente sem a necessidade de ocuparem definitivamente o território.

Procura-se subsidiar o debate por meio de uma breve discussão histográfica, em nível nacional e regional, apresentando diversas interpretações que são produzidas acerca dos contatos entre indígenas e “civilizados”, despertando para a necessidade de questionar e refletir sobre as ocorrências em território piauiense.

As visões trazidas pelos antigos livros didáticos mostram que os índios começaram a entrar na história do Brasil a partir de Abril de 1500 com a chegada das caravelas portuguesas, conduzidas por Pedro Álvares Cabral. Os portugueses aportaram em terra desconhecidas que acreditavam estar desabitadas.

Ao contrário do que se pensava, as histórias dessas tribos iniciaram bem antes da chegada dos portugueses nessa terra. E foram encontrados vestígios arqueológico de pinturas rupestres, artefatos arqueológicos, referente a ossos de humanos e animais, restos de cerâmicas, urnas funerárias, instrumentos de pedra, lascada e resto de fogueira.

Esses povos que aqui habitavam eram caçadores, pescadores, coletores, ceramistas e agricultores. Povos que habitaram nessa época e deixaram suas marcas em imensos paredões de pedra que demonstram cena da vida cotidiana, abrangendo evidencias importantes para compreensão da interação homem e o meio em épocas remotas. Após o contato com o “homem civilizado” essas tribos vieram a desaparecer sendo levadas ao esquecimento, ressurgindo através dos vestígios arqueológico que comprovam sua existência em diversas partes do país.

O projeto colonizador acarretou impactos profundos, dizimando os nativos que aqui viviam, retirando de suas terras os africanos que foram forçados a escravidão. A conquista do território indígena foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz e da cruz.

Os colonos só mantiveram uma relação amistosa com os índios por causa do pau-brasil, uma árvore que produz um líquido vermelho (ideal para tingir tecidos), sendo utilizados pelos nativos para a pintura do seu corpo, devido ser encontrado em grande quantidade.

Utilizando o esquema de escambo os colonizadores deram aos índios roupas, espelhos e outros objetos, em troca do corte e transporte do pau-brasil, ocorrendo acentuada exploração de sua madeira para ser levada pra metrópole onde seria utilizada na construção de moveis e navios. Os colonos queriam explorar tudo que tivesse ao seu alcance, iludindo os nativos com um simples sistema de troca.

As discussões foram pautadas nos primeiros contatos entre indígenas e portugueses durante o processo de colonização das terras do Brasil. O conhecimento do lugar propicia um esclarecimento melhor do colonial com um marco de transição para um período imperial, ocorrido com a proclamação da independência do Brasil.

Na historiografia piauiense, o solo do Piauí era habitado por inúmeras tribos, e vertiginosamente o número de habitantes ia aumentando, devido a fuga dos índios dos vales da Bahia e Pernambuco para os vales piauienses. Nos primeiros tempos da colonização os “índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí”. No final do século XVIII e começo do XIX, praticamente não existiam mais. Em nosso tempo é recorrente a ideia de extermínio.

Monsenhor Chaves⁷ não apresentara em seus escritos somente os heróis de uma história oficial mais incluirá nesses eventos históricos as classes inferiores até então desprezadas, dando lugar aos pobres, as mulheres, aos escravos, aos índios. Traz uma linguagem simples e de fácil compreensão para o leitor, porém, não faz referência as fontes documentais ou bibliográficas que foram consultadas, construindo seu texto a partir de suas próprias conclusões com relação às mesmas.

Em sua obra *o índio no solo piauiense* (2013), construir uma história do ponto de vista do dominado e não mais do dominador como até então se propaga. Segundo Chaves, “nosso índio foi a grande vítima do civilizado. O branco tomou-lhe as terras para povoá-las a seu modo. Escravizou-se no princípio. Cometeu contra ele graves injustiças, que o fizeram levantar-se em armas, as grandes federações tribais, ofensivas e também defensivas” (CHAVES, 2013, p. 145).

Com relação ao Piauí há ideia de que o indígena foi vítima do processo colonizador por sofrerem perseguições, capturas e massacres sendo completamente exterminados. Só que o processo de extermínio dos nativos, foi forjado pelos primeiros governos do Piauí. Eles o perseguiram, tomaram suas terras, torturaram e mataram os gentios.

Como se pode observar, a atual presença desses índios em território piauiense contradiz a historiografia tradicional. Dessa forma, não se pode afirmar um extermínio indígena no Piauí. Como até então se propagava, com a comprovação da

⁷ Monsenhor Chavez incluirá em seus escritos as classes inferiores, desprezadas, pobres, mulheres, escravos e índios. Seus heróis eram pessoas normais e simples. Em suas obras traz uma linguagem simples e de fácil compressão para o leitor. Ele constroem seus textos a partir de suas próprias conclusões com relação às mesmas.

presença de remanescentes nesse território. Nesse sentido, os grupos indígenas no Piauí, em todo o Brasil, reivindicam por reconhecimento étnico, terras, garantia e acesso aos seus direitos, incentivo à preservação de sua cultura e ampliação de sua visibilidade na sociedade.

A colonização do Piauí se deu na “Pata do Boi”, a pecuária extensiva dos sertões da Bahia e Pernambuco expandiu-se rumo ao Norte a partir de 1676, com a concessão de sesmarias na região.

Mais onze ou doze anos antes do surgimento das primeiras fazendas, um grupo de paulista já encontrava estabelecido na Bacia do Parnaíba, em poderoso arraial às margens do rio Santa Catarina, de onde saiu em busca de pedras preciosas e de índios para serem escravizados. Desde de sua fundação, o “Arraial de Paulistas” foi governado por Domingo Jorge Velho (1641 – 1703), tipo bandeirante descendente de índios tupiniquins e tapuias cruzados com sangue lusitano.

Não havia preocupação de instalar fazendas, cultivar a terra, a não ser para subsistência. O que importava era capturar índios e vendê-los para as capitânicas do Nordeste, Minas Gerais e São Paulo.

Tanto do discurso nacional, quanto o regional a posição do índio é a mesma de massacre. Porém eles são considerados agente históricos.

O uso da historiografia local, tendo Odilon Nunes⁸ (2011), como principal representante, enfatiza a questão indígena, a história do índio no Piauí, o aldeamento e a domesticação. Ele personifica os indígenas como selvagens, antropófagos, cruéis, desumanos, violentos, em suma, uma população vagabunda dos mais embrutecidos ameríndios da época.

Dessa forma observa-se que a história piauiense está repleta de lacunas que precisam ser preenchidas. É necessário que se reflita sobre o extermínio dos índios, buscando por inovações que passem a ser considerados como sujeitos da história. As discussões no Piauí, necessitam serem reformuladas.

⁸ Odilon Nunes pesquisador da história do Piauí: pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e a ausência do governo. Ele enfatiza a questão indígena e todo o processo político e colonial da época. Apaixonado pela historiografia dedicou-se a pesquisa histórica legando uma obra de repercussão nacional. Era um pesquisador criterioso, um analista profundo, um sábio exagerado que sabia prestigiar a fonte documental com outros dados de pesquisa. Ele atuou em diversas profissões: professor, diretor, historiador e sacerdote – profissão que adotou por vários anos. Depois seguiu sua vida normal contraindo o matrimônio.

A história dos estudos da língua Tupi nos informa, primeiramente a respeito da qualidade das listagens efetuadas pelos jesuítas e pelos viajantes. Essas diferenças recolhidas desta maneira, como agrupamento das populações ameríndias nas reduções jesuíticas favorecem ao aparecimento e uso preferencial do Tupi como língua geral de comunicação: “A disciplina imposta entre índios de diferentes matrizes impuseram a homogeneização linguística a língua geral, apreendida não como um idioma indígena, mais como a fala de civilização, como ocorria então com quase toda a população brasileira.” (RIBEIRO, 1995,p.313)

O Tupi é a língua fixada pelos jesuítas no primeiro século da catequese, na plenitude de sua individualização original, da opulência dos seus recursos em face a civilização, a língua geral ou colonial é o desenvolvimento do Tupi entre os mestiços e no intercâmbio, sob a influência crescente da língua portuguesa e da colonização. Onheengatu é a língua geral moderna, no estado que ficou reduzido a bacia Amazônica. (SAMPAIO, 1955)

O sentimento nacionalista caracteriza os eventos condutores da independência da Bahia; não pode ser entendida sem as numerosas referências ao mundo indígena brasileiro, seja este imaginário, construído sobre as representações, ou bem real. Nos reencontramos essa figura dos ameríndios na construção da brasilidade.

Em sua obra História Geral do Brasil (1845) Varnhagen enaltece o branco e o Europeu, considerando-se uma raça superior. A contra ponto, apresenta a figura do índio, juntamente com o negro, como sendo o outro sujeito da história, seres sem cultura não sendo considerados como parte da construção da nação brasileira.

Os indígenas são diferenciados por Varnhagen como animais selvagens, sujeito sem história. Diz o autor que esses indígenas não possuíam “civilização”, pois viviam em completo estado de atraso e barbárie. Segundo ele, para os povos indígenas não existia história mais sim uma etnografia, pois esses povos eram tidos como responsabilidade do campo de pesquisa antropológica.

Um marco nas discussões historiográficas foi a publicação da obra Casa – Grande e Senzala (1966) de Gilberto Freyre, nesta obra, Freyre compartilha ao mesmo tempo da opinião de Varnhagen, por também valorizar a colonização brasileira em moldes portugueses.

Porém, os indígenas são personificados por Freyre como raças inferiores e primitivas. São vistos pelo o autor como canibais que mantinham também o hábito

de comer barro. No entanto, Gilberto Freyre não deixa de demonstrar a contribuição evidente que estes povos trouxeram para formação brasileira.

Esses povos indígenas contribuíram com a sua cultura, através da higiene do corpo, o asseio pessoal, o cultivo do milho, o caju, o mingau, o pente, o espelinho e a língua nacionalista o Tupi – Guarani.

A língua que serviu de veículo à expressão do sentimento nacionalista privilegia os domínios legados à terra, às suas particularidades animais e vegetais sem equivalentes em Portugal, e que concede apenas uma importância secundária aos nomes ameríndios. O emprego de uma língua ameríndia e as escolhas semânticas que acompanham ligam bem mais brasileiros a terra do que a uma ascendência genealógica Tupi, em certa medida, excluiu os ameríndios do nascimento histórico do Brasil.

Portanto, a imagem do índio foi o resultado de uma construção política, voltada aos interesses dos colonos, para fundar uma identidade histórica, com uma multiplicidade de culturas.

Os indígenas que aqui habitavam, apesar de sua cultura, costumes e crenças foram considerados pelos civilizados como animais incultos, sem costumes ou religião. Sendo assim não poderiam pertencer ao mesmo mundo do homem branco. Precisavam ser educados para compor a sociedade que estava a se formar pautada em noção de civilização que definiram seus verdadeiros componentes.

Com a chegada dos portugueses as terras brasileiras, as crianças são utilizadas, para difundir-se o ideal de civilização entre os demais habitantes. As crianças indígenas eram entregues aos moradores do Piauí para que as eduquem e não retornem a vida selvagem, podendo assim, viver em sociedade. Já os adultos, são afastados do território para que não pratiquem mais hostilidades e coloquem em risco a vida dos colonos da região.

Os indígenas devem ser bem tratados para que possam esquecer a vida rude e faminta que costumava passar. O processo de catequização e civilização facilitaria para os bandeirantes a utilização de violência e passariam a ser vistos como inimigos que objetivavam escravizar os índios capturados, no início da colonização.

2 HISTÓRIA DE AROAZES

2.1 Indígenas, jesuítas e fazendeiros na formação sociocultural

Nossa querida terra tem vitória,
Com sua história dos primeiros visitantes.
Os jesuítas, índios aruaques
Muitos anos atrás, foram os habitantes.

Adelina Soares Costa⁹ – In Memorian (Letras).
Francisca Maria dos Santos – In Memorian (Participação).

Nesse subtítulo analisamos a formação histórica da cidade de Aroazes, identificando seu povoamento histórico, o processo de construção e o desenvolvimento do município, abordando os aspectos sociais e religiosos, contribuindo para o conhecimento da sua história e relatando a importância desta pequena urbe para população. Estabeleceremos discussões sobre os aspectos religiosos presentes no interior da sociedade aroazense que se destacaram por apresentarem influências sobre o comportamento e valores culturais.

A Cidade de Aroazes localiza-se a 225,9 km da Capital Teresina, possuindo uma população estimada de 5.755 habitantes segundo (IBGE, 2016), corresponde a área 821,663 km² no território do município. As cidades que se limitam são: Santa Cruz dos Milagres, Valença do Piauí, Pimenteiras e Elesbão Veloso.

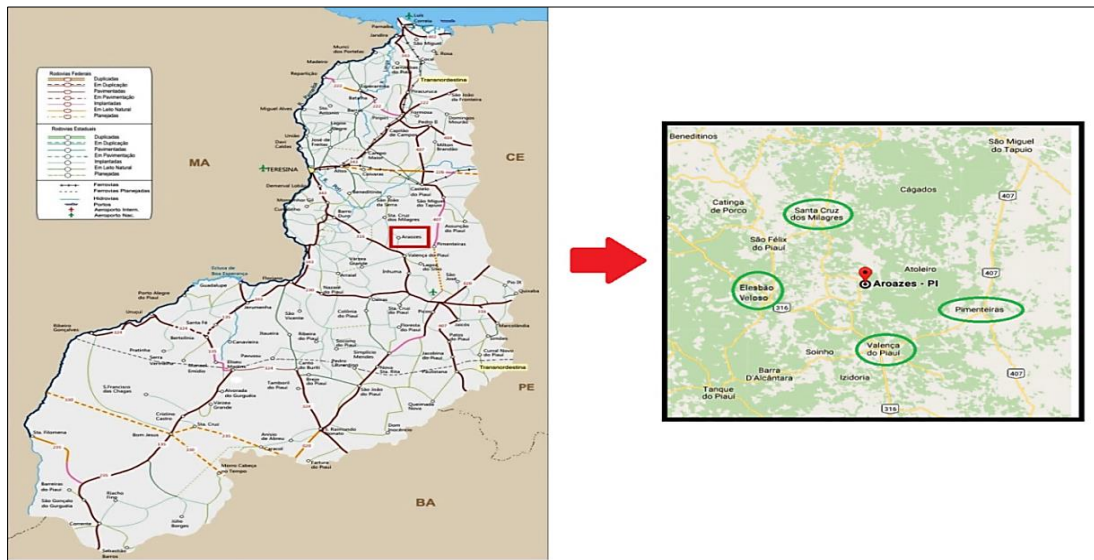
A comunidade de Aroazes é considerada a mais antiga e importante na civilização e cristianização do povo. Segundo o livro “Fé e Civilização” do historiador Padre Claudio Melo que ele mesmo faz referência as origens da atual cidade.

Há uma tradição, de que as origens da atual cidade de Aroazes, está no acompanhamento que foi o grande reduto de Francisco Dias Siqueira¹⁰. O bravo sertanista proibido de residir em terras maranhenses, que viveu passivamente com os índios dessa região, consequentemente dando continuidade ao trabalho do desbravador e colonizador Domingos Jorge Velho. Segundo fontes históricas e confirmações de alguns estudiosos foi Francisco Siqueira que veio organizar esta comunidade.

⁹ Adelina Soares da Costa era uma mulher lutadora que não aceitava ver a história de sua terra no esquecimento. Ela era uma mulher de fibra, que tinha muitos sonhos. Seu maior destaque foi a composição do hino da cidade de Aroazes.

¹⁰ Francisco Dias Siqueira foi um bravo sertanista, que viveu pacificamente com os índios de Aroazes. Sendo ele o organizador dessa comunidade, tornando-a a primeira.

Figura 1: Localização e limites* da cidade de Aroazes - PI



Fonte: <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-rodoviario-do-piaui>.

Acesso em: 11.11.2016

*Adaptação dos limites – site Google Maps

Nos anos de 1730, se deu o início do povoamento, quando os Jesuítas fundaram a Missão Aroazes, com a finalidade de catequizar os habitantes da região. Não há registros desse período, logo o meu interesse é a partir da colonização. Ainda hoje, existe no centro da Cidade uma coluna de pedra, que foi construída pelos Jesuítas com a ajuda dos índios que pertenciam a missão de Aroazes.

Figura 2 – Fazenda Serra Negra



Fonte: **Blogs da professora Socorro Macedo**. Disponível em: <https://lh3.googleusercontent.com/-BSwxcom7mo/TXrB8djndol/AAAAAAAAABg/IWsLqHJqOQ8/s1600/juill.jpg>. Acesso em 20.12.2016

A igreja que é tida como uma das principais relíquias é motivo de orgulho para os cidadãos de Aroazes que a protegem como um patrimônio histórico dessa cidade, iniciada pelos jesuítas com ajuda dos índios Aruaques. Os jesuítas¹¹ chegaram na cidade para fazer suas Missões e permaneceram até a chegada dos fazendeiros.

Em 1740, D. Manoel da Cruz, Bispo do Maranhão, criou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, com sede no Povoado. Formaram-se três grandes fazendas que utilizavam escravos negros para seus serviços, sendo a fazenda *Serra Negra*¹², a mais importante, devido a ser uma das fazendas mais antigas do Piauí e um patrimônio de valor histórico inestimável a ser conservado.

Foi a partir do século XVIII que surgiu a Missão de Aroazes, pequeno povoado habitado pelos índios *Aroaques*, origem do nome Aroazes. Esta tribo representou os primeiros habitantes do local, os quais foram catequizados pelos padres jesuítas, um deles, D. Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão que logo se interessou pela região, criando a freguesia sob o Orago de Nossa Senhora da Conceição, dando uma atenção especial aos índios. Assim o topônimo “Aroazes” foi originado do nome de uma tribo indígena *Aroaques*, pode ser lembrado desde 1730 (BASTOS, 1994).

Ao lado dos colonizadores, os jesuítas também contribuíram para o massacre imposto aos povos indígenas no Piauí ao passo que implantaram meios para a “catequização e civilização” destes através dos aldeamentos. Os aldeamentos seriam os espaços (aldeias) criados para a pacificação dos indígenas que até então viviam soltos nas matas e em guerras com os colonizadores.

O objetivo de trazer os indígenas para a “civilização”, era torna-los membros da igreja católica, onde os jesuítas os conquistavam aprendendo sua língua, aproximando-se das crianças, objetivando difundir a catequese e conquistar a confiança dos adultos. O processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente na inversão de papéis, onde o filho educa o pai; o menino serve de exemplo para os pais.

¹¹ Os jesuítas chegaram na cidade para fazer as santas Missões e permaneceram até a chegada dos fazendeiros que se acharam no direito de expulsá-los, porque eles não serviam aos interesses dos colonos

¹² A fazenda utiliza esse nome devido aos maus tratos que o dono Luiz Carlos cometia em sua residência, com mães escravas, crianças de colo e escravos que não cumprissem com as ordens dadas por ele.

Nestes aldeamentos os índios eram submetidos ao isolamento, aprisionados e forçados aos mais pesados serviços e severos castigos, sendo tratados como escravos, muitas vezes vivendo com fome, devendo ainda aprender as doutrinas da fé católica (CHAVES, 2013; MIRANDA, 2005). Dessa forma, a catequese grandiosa não consistia, simplesmente em orações da cartilha para, fazê-las repetir pela multidão, pois através dela os jesuítas fizeram mais do que uma simples catequização, transformaram o indígena em objeto de dominação.

O início da moléstia contra os índios do Piauí remete ao final do século XVII, por volta de 1674, as primeiras bandeiras à procura de índios rebelados no Vale do São Francisco, e também metais preciosos, terras férteis e mão de obra escrava, chegam ao Piauí. Duas bandeiras merecem destaques, uma bandeira paulista comandada por Domingos Jorge Velho, e outra forjada pela casa da Torre dos dias Ávila, a bandeira baiana ela ficou sobre o comando de Domingos Afonso Mafrense, conhecido como Domingos do Sertão.

A pragmática da memória do extermínio é exercitada e buscada, somente para acolher uma imagem do passado, destacando a forma violenta como os índios eram mortos.

Os jesuítas pregavam e defendiam a liberdade das tribos indígenas, mas através desses aldeamentos, elaboraram um "[...] projeto de catequese, destacando-se a criação da instituição da "Aldeia Missionária" como espaço fundamental para a realização da "civilização do gentio" (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 18), com o intuito de transformá-los em povos capazes de aceitar a fé católica e abandonar os maus costumes. Essa política objetivava, portanto, transformar os indígenas em "cristãos civilizados". Contudo, a ideia de "civilização cristã" que era imposta pelos jesuítas aos índios ocorreu", "[...] pelos processos mais violentos - a escravidão ou o extermínio" (CUNHA, 1924, p. 14).

Os jesuítas dominam os índios culturalmente através do ensino das doutrinas do Evangelho e os submetia a exploração facilitando, por sua vez, o processo de captura e dizimação por parte dos colonos, pois não estariam mais separados e espalhados pela mata e sim juntos em um só local, percebe-se então que "[...] a finalidade do aldeamento era dupla: converter os nativos ao Cristianismo e domesticá-los para serem usados como mão de obra a serviço dos colonizadores" (CORREA, 2011, p. 445).

Os motivos que levaram Chaves a pontuar as agressões sofridas pelos indígenas foi perceber o uso e o abuso de uma memória, que devido ao trauma quer ser esquecida. Essa memória remete ao elemento indígena de sua identidade, de forma coerciva e silenciosa o distanciamento das tradições, de uma étnica do povo piauiense.

Segundo Monsenhor Chaves¹³ os padres que estiveram no Piauí para o trabalho de difusão da fé católica foram, dentre outros, Felipe Bourel, Miguel de Carvalho, escritor da Descrição do Sertão do Piauí, João Tavares, Gabriel Malagrida e ainda alguns que estiveram somente de passagem como o padre Antônio Vieira. “Todos estes padres e mais outros que vieram ao Piauí, ou passaram por ele, pregavam o Evangelho e ensinavam a moral cristã nas fazendas ajuntamentos populacionais que existiam aqui” (CHAVES, 2013, p. 416). Foram estes os responsáveis pela criação de missões em terras piauienses como:

[...] S. Francisco Xavier, dos índios Tabajaras, fundado na primeira metade do século XVII, na serra de Ibiapaba, fronteira com o Ceará; N. Sra. do Livramento de Parnaguá, onde mais tarde foi criada a vila de mesmo nome, estabelecido por volta de 1698, com índios Acoroás, Macoás e Rodeleiros, que habitavam aqueles íngremes sertões; N. Sra. das Mercês, fundado em 1714, no vale do Itaim, com índios Jaicós, que após se rebelarem são novamente aldeados no lugar Cajueiro, em 1731, sendo hoje a próspera cidade de Jaicós; N. Sra. da Conceição, na Ilha do Cajueiro, hoje Ilha do Caju, provavelmente fundado em 1722, com índios Tremembés [...]; N. Sra. da Conceição e Ó, dos índios Aroazes, fundado no mesmo período em local onde em 1740 foi instalada a freguesia de mesmo nome e, mais tarde a vila de Valença, transferida depois para o lugar Caatinginha, e em cujos escombros foi erguida uma nova cidade com o nome de Aroazes; N. Sra. do Desterro, dos índios Tremembés, no lugar Rancho dos Patos, hoje cidade de Castelo do Piauí, fundado no ano de 1742; Guaribas, no sítio de mesmo nome, provavelmente situado no atual Município de Santa Filomena, fundado com 2.051 índios Gueguês, pelo capitão-mor Antônio Gomes Leite, em vinte de fevereiro de 1744, e que perdurou até 1747, [...]; S. Félix da Boa Vista, dos índios Acoroás, Gueguês, Timbiras e Aranhis, entre outros, fundado por volta de 1751, pelo então sargento-mor João do Rego Castelo Branco [...] (MIRANDA, 2005. p. 16).

O aldeamento torna-se, portanto, uma forma de "pacificação" dos Índios bravos, onde aos jesuítas ficaria a responsabilidade de retirar esses povos da condição de barbárie e levá-los para a "civilização", passando a viver como bons católicos e não mais como selvagens. Os jesuítas estavam à procura de cristãos

¹³ Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, mais conhecido como Monsenhor Chaves, foi um dos mais importantes historiadores piauienses. Ele foi um professor, historiador, religioso, escritor, biógrafo e sacerdote brasileiro. Monsenhor Chaves foi o autor de vários livros entre os quais se destacam: Subsídio para a História do Piauí (1952), e o Índio no Solo Piauiense (1952). Ele tinha 94 anos e morreu vítima de uma parada respiratória em Teresina.

novos e com a criação dos aldeamentos, sendo a maioria destes identificados com nomes santos, revela-se a intenção dos missionários em propagar a religião católica. Dentre esses aldeamentos ou tribos de índios, como viu-se, alguns também deram origem a algumas das atuais cidades do Estado do Piauí, como o aldeamento de N. Sra. do Livramento de Parnaguá, hoje cidade de Parnaguá e as tribos de índios Jaicós e Aroazes, ambas cidades com os respectivos nomes.

Como se pode perceber a ação missionária no Piauí impõe costumes e crenças desconhecidos por estes índios, buscando afastá-los de suas origens culturais e religiosas. Contudo, a cultura letrada que é perpassada pelos jesuítas não chega ao Piauí com a mesma força que em outros locais brasileiros, pois a população de colonizadores nessas terras era mínima, fato que dificulta empreendimentos como a construção de colégios, ou conventos. Somente em 1730 têm-se notícias sobre uma carta do ouvidor geral do Piauí, dirigida a El Rei, pedindo a criação de um colégio de missionários para doutrinar a população e em 1749 tem-se a fundação do Seminário do Rio Parnaíba, localizado na cidade de Oeiras (CUNHA, 1924; OLIVEIRA, 2007).

Mesmo em frente a essas imposições civilizadoras os indígenas no Piauí¹⁴ não foram participantes passivos desse processo e por isso reagiram e resistiram à dominação, lutaram, fugiram, atacaram, roubaram e incendiaram muitas fazendas do território em defesa de suas tribos. Tornaram-se sujeitos ativos e lutaram contra os colonizadores pela sobrevivência de seu povo. Por essa razão, mesmo com a implantação dos aldeamentos para a pacificação dos indígenas, os mesmos continuaram a sofrer com as violentas guerras.

Os indígenas foram perseguidos pelos desbravadores pelo o simples fato de “limpar” o território para formação de uma nova sociedade, sendo obrigados a se renderem a domesticação, a moléstia e ao sofrimento.

Em meados do século XVIII foram criadas leis que davam liberdade aos povos indígenas, e o governo teria a tutelar desses povos. João Pereira Caldas, o primeiro governador do Piauí foi encarregado por sua majestade de proteger os índios contra os jesuítas, inicia a sua gestão como um pedido singular: fazer uma

¹⁴ Na visão da professora Stela Negreiros de Oliveira as imposições civilizadoras indígenas no Piauí, nas fazendas Pimenteira, provocaram o abandono das terras, por parte dos moradores prejudicando assim, a permanência desses grupos indígenas nessa região.

guerra ofensiva aos seus protegidos, objetivando as escravidões legais dos prisioneiros.

Os primeiros contatos do indígena com o homem civilizado no Piauí, ocorreram através de violentos combates. Essas lutas iniciam-se com a entrada na casa da Torre que fica localizada na região de Tatuapara no litoral baiano, onde foi construída uma grande fazenda perto de um forte, daí por diante foram criadas em várias regiões brasileiras e também em território piauiense várias fazendas de gado, retirando-se os índios desse território por meio da força para expandir os sertões.

Como exemplo da continuidade desses acontecimentos tem-se uma Consulta do Conselho Ultramarino feita ao rei D. João V, sobre uma carta enviada pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco. Neste documento são discutidas as hostilidades causadas pelos indígenas e o lugar que se deve fazer a guerra contra eles. Chega-se à conclusão de que "como esta guerra seja afim de castigar as hostilidades daqueles gentios, por qualquer lugar que se faça a invasão se lhes dá o castigo" (AHU_CU_016 Cx. 3, D. 157), decidindo, no entanto, a realização da guerra ao longo do rio Tocantins.

Este manuscrito refere-se ao ano de 1740 e, ao fazer referência ao Termo de Junta das Missões de 1737, traz o conteúdo da dita carta que foi remetida ao rei, fazendo menção a respeito da guerra com os índios Gueguê e Acoroá. Consta na documentação que a guerra com os referidos índios se faz necessária devido os prejuízos e mortes que estes tem frequentemente causado aos moradores da região. A referida carta relata:

[...] as frequentes hostilidades que tem cometido, e cometem as Nações Gueguê, Acoroá mirim, Acoroá Açú, e Timbira contra os vassallos de Vossa Majestade estabelecidos em diferentes partes daqueles sertões pondo-os em tal distúrbio, e consternação que por esta causa se tem despovoado muitas fazendas de gados, e com os seus repetidos assaltos tem feito muitas mortes, queimado muitas fazendas e destruído, e roubado cavalos, e gados vacuns com grande mina e desarranjo dos mesmos vassallos (AHU_CU_016, Cx. 3, D. 157).

Estas são as justificativas apresentadas para que se faça a guerra e assim, muitas tribos são perseguidas e dominadas, a exemplo dos Gueguê, Acoroá, Timbira, acima citados, e, posteriormente, também os Pimenteira, ambos considerados como inimigos sublevados e perturbadores da ordem. Dessa forma,

violentas e sucessivas guerras foram realizadas, massacrando tribos em sua totalidade.

Em uma nova Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, esta datada de 1745, é relatado que por ordem de Vossa Majestade a referida guerra que “se tem continuado contra as nações do gentio Gueguê, Acoroá, e outras que infestavam” o território, “não tem sido bastante para exterminar ou reduzir estas nações” e, por sua vez, esses índios continuam praticando diversas hostilidades contra os moradores, padecendo estes de grande opressão.

Em meio a esses acontecimentos foi nomeado para as expedições contra os índios o Capitão-mor de Parnaguá, Antônio Gomes Leite, que ficará responsável por "toda a diligência possível para os reduzir à paz e vassalagem de Vossa Majestade". Posteriormente, o referido capitão dá notícias a Vossa Majestade "de se haver reduzido à paz a nação do gentio Gueguê a mais prejudicial e mais feroz daqueles sertões ficando ele mesmo em companhia deste gentio em um arraial que constava de mil e seiscentas almas" (AHU_CU_016, Cx. 4, D. 235), Evidencia-se assim, o desejo de se destruir os indígenas da maneira mais eficiente.

Em 1750, com a morte de D. João V, tem-se o início do reinado de D. José I e para ministro do reino foi nomeado Sebastião José de Carvalho e Melo conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal. O período em que Pombal foi ministro (1750 e 1777) ficou conhecido como período pombalino. Cinco anos após o início de seu reinado, o rei D. José I aprovou a Lei Régia de 7 de junho de 1755, o Diretório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.

O Diretório dos índios, como ficou conhecido, é composto de 95 artigos e foi assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de estado da Marinha e Ultramar e irmão do Marquês de Pombal. Foi elaborado em 1755, porém só veio a tornar-se público em 1757. Destaca-se em sua redação a regulamentação, por lei da liberdade dos índios e a proibição de mantê-los como escravos.

A partir da aprovação do Diretório, tem-se a implementação da política pombalina, um período marcado por mudanças executadas pela Coroa portuguesa no intuito de organizar a administração colonial, garantir as fronteiras e aproveitar as riquezas, promovendo a agricultura e o comércio, com a criação das companhias de comércio. No Piauí, as medidas impostas pela reforma pombalina estavam centradas em garantir a posse das terras e desenvolvê-las.

O Diretório objetiva "cristianizar e civilizar" os indígenas restituindo-lhes a liberdade, porém, uma liberdade disfarçada. De acordo com o Diretório, é imposto aos indígenas do território brasileiro o uso dos nomes e sobrenomes de famílias de Portugal, proibindo o uso de seus próprios nomes, a obrigação do uso somente da língua portuguesa, sendo vetado o uso da língua própria das suas nações ou da chamada geral, a construção de casas a exemplo dos brancos e o uso de roupas, sendo proibido andarem nus, o incentivo aos casamentos mistos, obrigação ao trabalho agrícola, ao comércio e ao pagamento dos dízimos.

Com base no Diretório e no discurso de liberdade dos índios, as ações do período pombalino estavam relacionadas a uma mudança na forma de gerir os aldeamentos, retirando dos religiosos jesuítas o poder temporal que a estes cabiam enquanto chefes desses aldeamentos (OLIVEIRA, 2007). Mesmo sem poder eles contribuíram no desenvolvimento dos nativos devido a sua grande influência frente a população.

Segundo a Lei Estadual nº 2255, de 01-01-1962, o povoado de Aroazes emancipa-se tornando município independente a partir de então. O primeiro prefeito nomeado foi o senhor Adail Modesto Santos e a primeira eleição com o voto do popular aconteceu no ano seguinte elegendo José de Arimateia Nogueira Soares para o pleito de 1963 a 1967 (LIVRO DO TOMBO, 1983).

A primeira construção da antiga Missão foi um Templo Sagrado feito pelos índios com o auxílio de colonizadores, local que servia como ponto de oração para os fiéis. Com o passar dos anos este Templo foi demolido, restando apenas uma placa no local com os dados da demolição ainda hoje existente em frente à atual igreja do Sagrado Coração.

Essa coluna de pedra era apenas pedaços da igreja que foi demolida. Com a construção do novo templo, a mesma foi derrubada.

Figura 3 – Placa na cidade de Aroazes em referência as missões jesuíticas



Fonte: http://www.portalaz.com.br/imagens/geral/20090216154055_956ed.jpg
Acesso em: 05.12.2016

Essa placa foi em homenagem a Missão dos Jesuítas com auxílio dos nativos que construíram uma igreja de pedra que posteriormente foi demolida deixando apenas esse registro.

Os bandeirantes e fazendeiros comandados por Domingos Jorge Velho¹⁵, Domingos Afonso Mafrense, pela Casa da Torre e seus prepostos e por outros sertanistas, movidos pela ambição de conseguirem enormes extensões de terra, começaram a penetrar no solo piauiense. Vinham com verdadeiro aparato militar. Expulsavam os nativos e tomavam suas terras para instalar currais e fazendas. Mesmo contando com a resistência dos silvícolas, que lutavam para defender o seu território, os colonizadores, os expulsaram depois da construção.

Não satisfeito em apenas tomar as terras dos seus verdadeiros donos, os invasores, passando a contar com o apoio oficial, partiram para a guerra de extermínio, para expulsá-los do espaço geográfico piauiense.

Tanto os sesmeiros como os fazendeiros e os demais invasores, tinham todo o interesse em acabar com as tribos, que resistiam contra a penetração dos currais e das fazendas no solo piauiense.

Esses descobridores e povoadores do sertão do Piauí solicitam a posse das terras que haviam descobertos porque querem povoar a qualquer custo e não

¹⁵ No século XVII, prevalecia no Brasil as expedições de bandeirantes para conquistar territórios indígenas que ainda não haviam sido tomados pelos colonizadores portugueses. Na segunda metade deste século, Domingos Jorge Velho seria o bandeirante que mais se destacaria nesta função. Natural da cidade de Vila de Parnaíba em 1641, São Paulo, trinta anos mais tarde já era conhecido como um fervoroso caçador de índios. Sua fama espalhará-se pelo Brasil adentro (SILVA, Tiago Ferreira da. *Domingos Jorge Velho*. Disponível em <http://www.infoescola.com/biografias/domingos-jorge-velho/>. Acesso em 12.11.2016.

descartam os nativos devido aos gastos com os riscos da sua vida e despesas nas fazendas. Razão esta que intensifica o processo espoliativo e discussão de grupos nativos existentes, ocasionando as migrações de forma forçada pois estes tiveram suas terras ocupadas pelo civilizado Mafrense que tornou-se o Senhor de mais terras do que aquelas que tinham lhe dado em sesmarias pois este tomou posse das terras que por ele foram descobertas.

Encarando-as como guerreiras e maléficas aos seus interesses, os desbravadores declaravam a guerra de extermínio contra todas as nações indígenas que habitavam as terras do Piauí.

Mesmo antes, da instalação da Capitania, o governo português representado pelas autoridades governamentais do Maranhão, organizou várias expedições militares para combater os índios.

Logo após a instalação da Capitania do Piauí, uma das primeiras providências do Governador recém-empossado, foi a organização das Forças Regulares da Capitania (Companhia de Dragões), (NUNES, 2007), para combater as populações nativas, sendo que estes reagiram bravamente a essa guerra.

O livro Raízes do Piauí traz fatos importantes da história que relata que o comandante o Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco, a tropa oficial se encarregou de perseguir e massacrar várias tribos, como a dos Timbiras, Guegueses, Pimenteiras, Jaicós, Tabajaras e Acroás, dentre outras, dizimando populações inteiras.

A atual cidade de Valença do Piauí é uma cidade que, no passado, foi considerada a "Metrópole dos Sertões", e que ainda hoje conserva algumas de suas riquezas arquitetônicas oitocentistas. (LIVRO DO TOMBO, 1983).

No entanto, é imprescindível abordar uma outra perspectiva histórica sobre o surgimento da atual cidade de Valença do Piauí. Segundo F. A. Pereira da Costa (1946, p. 108):

[...] Valença foi em sua origem um aldeamento de índios Aroazes, cuja povoação tomou depois o nome de Caatinguinha... No ano de 1740, foi freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, pelo Bispo do Maranhão, D. Frei Manuel da Cruz, elevada depois à vila com o nome de Valença.

Como se percebe, para o autor, Valença e Aroazes foram uma única Freguesia. Diante dessa visão oficial sobre o surgimento de Valença do Piauí, Padre

Cláudio Melo (s/d, p. 95) faz uma interessante análise e a contesta, partindo do pressuposto de que Valença e Aroazes foram duas Freguesias:

Aroazes e Valença foram duas comunidades religiosas pertencentes à Paróquia de Mocha, que quase ao mesmo tempo foram transformadas em Freguesia. Embora na prática sempre se tenham julgado ambas as comunidades como sendo uma só Freguesia, porque toda a sua história sempre foram dirigidas por um só Pastor, primitivamente sediado em Aroazes e mais de um século depois em Valença, na verdade são elas duas Freguesias criadas muito próximas uma da outra (LIVRO DO TOMBO, 1983).

Para dar consistência a essa afirmação, Pe. Cláudio Melo transcreve alguns documentos que evidenciam algumas ordens régias, enviadas a autoridades eclesiásticas com a ordem para que se criassem duas Freguesias desmembradas da Mocha. Essa ordem é citada pelo próprio Bispo do Maranhão. Porém, documentos enviados pelo mesmo Bispo fazem entender a existência de três Freguesias: Aroazes, Caatinginha (Valença) e Santo Antônio do Gurguéia (Jerumenha).

A obra de “Fé e civilização” do Pe. Cláudio Melo, é bem claro, pois explica as ordens régias de 1759 e 1761. Essas ordens régias foram às que mandavam que se criassem vilas nas oito Freguesias do Piauí. As vilas foram criadas, só que apesar da ordem régia, o Governador da Capitania do Piauí criou apenas seis. A sétima Freguesia seria Mocha, que já era vila, e a oitava, Aroazes. A última foi excluída recentemente, mas não se sabe o porquê de tal atitude.

Se for observada Descrição do Ouvidor Durão, analisada por Mott (1985, p. 28), que também considera uma única Freguesia para ambas as comunicações, percebe-se que o Ouvidor as denominava de sítios, sendo que Valença formou-se, como já visto, no sítio denominado Caatinginha. Este sítio é descrito como completamente precário e pobre de recursos naturais. A capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó era de barro, não contendo as condições mínimas necessárias para que fosse elevada à vila. Ao contrário da Vila de Valença, o sítio Aroazes, que ganha essa denominação por ter sido um aldeamento de nativos Aroazes, tinha terras férteis, localizava-se entre dois rios (Sambito e Poli) e era rico em recursos hídricos. A Paróquia está sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (MOTT, 1985, p. 56).

Após o povoado Aroazes ser elevado à categoria da freguesia, em 1740, os fazendeiros e os fiéis da comunidade Caatinginha manifestaram o interesse em

obter o mesmo título conseguido no ano 1741. A criação da Caatinginha foi um destaque por ser a única paróquia sem titular residente e praticamente despovoada da Vila de Valença.

Em 1742, visitou o Piauí o bispo do Maranhão, D. Frei Manuel da Cruz, passando mais de um ano em terras piauienses, ocasião em que pôs em prática uma provisão régia de 20 de maio de 1740, onde seriam criadas na freguesia da vila da Mocha mais duas freguesias, uma na ribeira da Gurgueia e outra no distrito da Caatinginha, evidenciada a criação dessa "nova" freguesia e que seria sob a invocação de N. Sa do Ó, no lugar da cidade de Valença.

Por determinação do Rei de Portugal, a Carta Régia de 19 de junho de 1761 (FREITAS, 1997. p. 18), mandava criar uma vila em cada freguesia da província do Piauí. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição – Aroazes, deveria ser a escolhida por ser a maior com sede paroquial com padre residente, mas o governador João Pereira Caldas, achou por bem instalar a Vila na Fazenda da Caatinginha, nome este que foi substituído pelo de Valença, em homenagem à cidade natal do então governador, Valença em Portugal. A vila foi instalada no dia 20 de setembro de 1762 (FREITAS, 1997, p. 18).

Segundo Pe. Claudio de Melo, tudo isso aconteceu devido a influência política dos fazendeiros da Caatinginha, que de acordo com a tradição, uma boa parte deles eram portugueses.

O Piauí tinha, então, 536 fazendas, em constante desenvolvimento na sua economia, enquanto os currais de Pernambuco (inclusive Ceará, Rio Grande, Paraíba), a que pertencia, já se elevavam a duas mil, conforme Consulta de 2 de Dezembro de 1756, do Conselho Ultramarino. Isso patenteia a significação da pecuária do Piauí naquela época.

Com o passar dos anos, Valença cresce muito nos aspectos: religioso, cultural, social e político, enquanto Aroazes fica parada por questões políticas. Portanto, por força da lei provinciana nº 52 de 03 de setembro de 1836 (FREITAS, 1994. p 17), em sintonia com o Bispo do Maranhão é determinado a transferência da sede residencial do Pároco de Aroazes para a freguesia de Valença.

Segundo Claudio Bastos (1994, p. 587), "A Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Conceição dos Aroazes criada em 31/03/1739 foi erguida. Sobre as bases da capela da missão que teria sido estabelecida em 1725 as margens do Sambito, pelo Pe. Gabriel Malagrida". Este, por sua vez estabeleceu-se na região até 1725. A

freguesia contava com 266 casas, 52 fazendas de gado, sendo 751 livres e 578 escravos. Com a instalação da fazenda Lagoa Seca, que mais tarde ficou conhecida como Fazenda Caatinguinha. O que deixa claro uma proporção equilibrada de indígena livres, escravos indígenas e uma minoria branca.

Especula-se que a devoção de Nossa Senhora do Ó tenha chegado à região antes da própria imagem da virgem. A festa de Nossa Senhora do Ó tem origem em Toledo na Espanha, com seu Bispo Santo Idelfonso, o qual determinou que fosse celebrada a festa no dia 18 de dezembro com título de Expectação do parto da Beatíssima Virgem Maria com a finalidade de “Comemorar a alegria que a mãe de Deus aguardava o nascimento de seu filho” (CARVALHO, 1993).

O primeiro festejo da padroeira, no ano de 1716, foi organizado pelo próprio pároco com o objetivo de conseguir fundos para manter as festas religiosas e as despesas do templo.

A devoção de Nossa Senhora do Ó em Valença passou por disputas políticas, econômicas e religiosas com o povoado Aroazes, localizada a 42 km da comunidade Caatinguinha, atual cidade de Valença. Em 20 de setembro de 1762, a freguesia foi elevada à condição de vila com o nome de Valença do Piauí em homenagem ao então governador da província João Pereira Caldas. (PEREIRA D'ALENCASTRE, 1857).

Vem das décadas finais do século XVII a presença de padres, ali, antes mesmo de os "sertões do Piauí" conhecerem a sua primeira organização do tipo paroquial e ainda sob o governo episcopal de Pernambuco. Criada a paróquia da Vitória (do Brejo da Mocha) em 1696-1697, logo nas décadas seguintes, em seu vasto território, de norte a sul, foram erguidas várias capelarias¹⁶ e ermidas¹⁷, todo aparato eclesial interagindo em meio à guerra ao gentio, não poucos padres assumindo o protagonismo da titularidade da terra e da criação de animais.

Entre essas capelarias de muito movimento tem-se a que vai se constituindo referência no lugar da velha Missão dos Aroazes, chegando a ser uma espécie de menina dos olhos do ativo primeiro vigário da Vitória, padre Tomé de Carvalho. Tão relevante Aroazes, que será visitada em 1728 por ninguém menos que o governador e capitão general do estado do Maranhão, João da Maia da Gama.

¹⁶ É uma assistência religiosa e social prestada aos serviços civis e militares, prevista e garantida pela Constituição Federal e 1988, sob a Lei 6923 art. 5 e inciso VII.

¹⁷ Capela pequena situada num lugar ermo ou afastado de uma cidade. Qualquer igreja ou capela pequena. Não confundir com: eremita.

Aroazes permaneceu como vicaria¹⁸, colada por muito tempo, a Valença até que, em 1836, já por decisão política da Assembleia Legislativa da Província do Piauí, foi transferida a sede da freguesia do lugar dos Aroazes para a sede da Vila de Valença. Com o objetivo de acalmar o povo de Aroazes, os vigários foram para a vila, causando, a maior polêmica eclesiástica. Bispo D. Manoel da Cruz-MA, autorizou o acréscimo da palavra “Conceição” ao título da Paróquia de Valença, ficando chamada Paróquia Nossa Senhora da Conceição e Ó título de vida e cidade.

Na década de 1920, foi criada a Lei N° 1.249 de 1º de julho de 1929, transferindo-se o patrimônio pertencente a Valença do Piauí para a Missão de Aroazes. Mais tarde, a 1º de janeiro de 1962, criou-se a Lei N°. 2255, publicada em Diário Oficial a 27 de fevereiro de 1962 (data do aniversário da cidade) e com isso mediante cláusulas especiais, Aroazes foi emancipada, adquirindo sua Independência Política (BASTOS, 1994).

Aroazes é uma das primeiras comunidades marianas do Piauí. Da missão secular, restaram poucos vestígios de cultura material - as ruínas da antiga capela, depois matriz - mas muito há radicado de sua história nas tradições da oralidade de seu povo. Nesse lugar missionário, esteve o padre jesuíta - que atualmente se busca a beatificação do membro Gabriel Malagrida; dessa antiga paróquia, desmembraram-se outras; vizinha a ela, os católicos veneram a "Santa Cruz dos Milagres", um relicário de fé do povo da região.

A devoção foi tão grande que as pessoas começaram a idolatrar Nossa Senhora do Ó, enquanto paróquia de N. Sa da Conceição, era reorganizada em tempos recentes, já como parte da Arquidiocese de Teresina, pode ser tomada em sua historicidade identitária e de labor cristão de cerca de 15 gerações de aroazenses e considerada a continuidade da freguesia dos tempos de D. frei Manuel da Cruz.

Assim a Igreja Católica esteve presente em todo processo de formação social, religiosa, cultural, política da cidade, consagrada pelos tempos, por suas populações e seus ancestrais.

Assim vista e tida pelos paroquianos deste tempo, que devem celebrar sua tão longa história, cada vez mais a Igreja Católica foi presente na formação social e política destas terras piauienses.

¹⁸ Vem do latim “vicarius” e significa o que faz às vezes de outro “ou” o que substitui outra coisa ou pessoa.

O primeiro capelão de Aroazes foi o padre Miguel de Araújo Nogueira (1716-1726); o primeiro vigário colado, por provisão, foi o padre José das Neves (1740-1746). Esses párocos foram de suma importância para impulsionar a religiosidade do povo. Através de suas missas de festa que reuniam milhares de fieis.

A ocupação dos sertões brasileiros, pelos bandeirantes, logrou-lhes riquezas e honrarias. Este personagem da história passou a ser visto como o “salvador da pátria”, o “civilizador dos sertões”. Essa imagem heroica - semelhante ao cliché hollywoodiano, criado pelos norte-americanos, para os conquistadores do oeste e consagrado pelo cinema: o invasor sempre herói, o índio sempre bandido - é vista até hoje pelas pessoas menos instruídas e/ou pelos governos e empresários que querem estabelecer uma ideologia de subserviência nas classes menos favorecidas para com os poderosos.

Esse questionamento leva ao período quinhentista, na época do estabelecimento de Piratininga, na capitania de São Vicente. Ao contrário de outras povoações, das Capitanias, que se localizavam no litoral, esta, estava cravada no interior, próximo ao rio Tietê. Os homens que lá viviam passaram a desbravar as terras, lutando contra o meio hostil (animais selvagens, insetos, plantas venenosas) e contra os seus verdadeiros donos: os nativos.

Entretanto, não era cômoda a vida destes sertanejos. Os costumes dos europeus, que primeiro adentraram estes sertões, entraram em choque com o meio hostil da América portuguesa. Por conta disso houve um "acultramento às avessas". Isto é, era necessário incorporar os numerosos traços da vida do nativo para garantir a sobrevivência naquelas terras. O historiador Sérgio Buarque de Holanda informa que

[...] era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação (HOLANDA, 1994, p. 21).

Nota-se, através desta citação, que o interior foi desbravado por Bandeiras advindas de várias partes do Brasil. Mas ao que se deve este rápido devassamento dos sertões? Segundo Varnhagen, numa análise de Capistrano, à caatinga, que

facilita a orientação. Essa posição é contestada por Teodoro Sampaio no seu artigo, "O sertão antes da conquista", de 1899, onde ele assinala a diversidade física do norte e do sul, traçando um paralelo entre a caatinga e o campo.

Segundo este estudioso, da história e da geografia nacional, o interior do sul foi rapidamente adentrado, pelos primeiros europeus, pela comodidade do campo, seus climas amenos e as matas de pinheiro, cujos frutos eram excelentes e abundantes. Ao contrário do norte que retardou a conquista dos sertões por causa das asperezas da caatinga. A orientação na caatinga é cabível, digo, é mais acessível, mas não é fácil, porque se o céu é mais descoberto, o solo é mais cheio de obstáculos (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 242-243)

O rio Parnaíba foi bastante frequentado na época das lutas contra os franceses. Sendo que sua denominação era variada. Ou seja, ele era conhecido ora como Pará por Diogo de Campos e Martin Soares Moreno, ora como Paraoçu (Paraguaçu) por Bento Maciel Parente. Também foi denominado por Pero Coelho como Punaré (SOBRINHO, 1946, p.13).

Além desse motivo bélico que levou os europeus ao litoral piauiense, as missões religiosas dos jesuítas também proporcionaram o conhecimento dessas terras. Entre 1693 e 1694, os jesuítas começaram a transferir dois mil Tabajaras de Ibiapaba para o litoral, tomados do propósito dum melhor rendimento na ação catequética (NUNES, 1975, p. 58).

Outro motivo de se frequentar o litoral piauiense foi a necessidade de se guerrear com os povos da tribo de índios tremembés. Muitas lutas foram travadas, seguindo o curso do rio Parnaíba, do qual queriam expulsá-lo da presença destes nativos.

O marco inicial data do ano de 1671 (IBGE, 2005), o período em que o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, chegou a esses sertões estabelecendo-se uma discussão sobre o "descobrimento" do Piauí, sem levar em conta a existência das populações nativas que habitavam na região.

As expedições com 100, 200 até 400 homens, eram equipadas pela própria metrópole portuguesa que mandava distribuir entre os colonos, recursos, armas de fogo, munição como pólvora, cavalos, canoas e até grandes barcos para navegarem pelos rios. Como recompensas por terem "limpado o terreno do gentio selvagem", recebiam, grandes extensões de terras doadas em sesmarias, tanto pelo governo português, como pelas autoridades do Ceará, Pernambuco e Bahia, para a

implantação de grandes fazendas de gado. Um dos maiores sesmeiros piauienses, Domingos Jorge Velho, chegou a possuir uma área de 10 a 12 léguas de extensão, o equivalente a 24.000 km² (CHAVES, 1983).

Os fazendeiros baianos da poderosa Casa da Torre dos Dias D'Ávila, comandaram diversas expedições armadas pelos sertões e caatingas, verdadeiros massacres, como o dos Guegês nos vales do rio Gurguéia em 1764. Após esses episódios, a Casa da Torre recebe como recompensa, uma sesmaria de 24 léguas e outra de 30 léguas em 1681 (CHAVES, 1953, p. 11-14).

Por volta da segunda metade do século XVIII existia nessa região, mais de 50 fazendas de gado do “desbravador” Domingos Afonso Mafrense. Com a morte de Mafrense as terras foram transformadas em várias fazendas de gado, divididas em partes sendo dadas aos jesuítas como herança.

Figura 4 – Casa Grande



Fonte: <http://www.piracuruca.com/images/se2.jpg>. Acesso em 20.01.2017

Primeira Fazenda, *Serra Negra* do Senhor Luiz Carlos Bacelar, possuía escravos negros que trabalhavam em suas terras e faziam o trabalho pesado. Neste local ainda existem sinais daquela época, como: a Casa Grande, onde os fiéis se reuniam para rezar e venerar a Nossa Senhora Santana e um curral de pedras, construído pelos escravos (LIVRO DO TOMBO, 1983). A Casa Grande, trata-se de uma residência antiga construída por escravos no período colonial, em 1776, onde

ainda são mantidas as mobílias da época. Esse imóvel foi tombado em nível estadual pelo decreto nº 12.135 de 15 de março de 2006, pela Lei nº 4515 de 09/11/92, que dispõem a proteção do patrimônio cultural (BRASIL, Lei nº 215, de 13.11.92).

O desejo de riqueza levava à feroz penetração dos sertões, o domínio, a submissão e a disciplina eram condições para a permanência em solo árido para a sobrevivência. Os campos e rebanhos ensinaram rapidamente aos homens a estratégia para a harmonia entre eles em meio à vasta natureza. A liberdade vigiada no trabalho, como para os animais, passaria a ser o principal mecanismo de controle das relações sociais no criatório. Em razão da baixa densidade demográfica, a realização de tarefas exigia todos os braços disponíveis.

Senhores vaqueiros não eram iguais entre si. Do ponto de vista da relação com a terra, havia os proprietários, os arrendatários e os posseiros. Havia ainda seus prepostos diretos, quase sempre livres pobres, responsáveis pela administração das fazendas com ou sem a presença senhorial, normalmente também denominados vaqueiros, sendo-lhes possível, com trabalho e subserviência, alcançar a cobiçada categoria dominante. Também não se igualavam quando se tratava do tamanho da terra e rebanho. Mesmo assim, formavam a classe de fazendeiros piauienses que consolidava, de norte a sul, um espaço produtivo unificado pelo interesse pastoril assentado na propriedade da terra. Cabe ressaltar que senhores, independentemente da origem e padrão de acumulação, não se tornaram vaqueiros por gosto. Passaram a desenvolver o prazer por vaquear na medida em que eles e seus descendentes se distanciavam do trabalho obrigatório prática consolidada já no final do século XIX. A partir de então, a experiência originária da labuta da elite no pastoreio foi gradativamente reelaborada para a valorização do seu trabalho como elemento de qualificação e legitimação do processo de domínio, bem como de representação social de pertencimento e identidade sertaneja piauiense. Certamente, representação orientada pela experiência dos vaqueiros trabalhadores, e do desconhecimento da elite, na rotina diária, a dura labuta do pastoreio (OLIVEIRA, 2013, p.04)

Nessa época os indígenas são posto para trabalhar na lavoura como forma de conseguirem produzir o alimento para sua sobrevivência e para os gastos da real fazenda. Impõe-se também a vestimenta de algodão a alguns daqueles índios para, aos poucos os trazerem para a civilização. Estes índios devem aceitar as regras que lhes são impostas, caso contrário, não merecerão compaixão durante uma futura e possível guerra.

2.2 Monumentos Indígenas

Há muitos anos atrás num povoado distante e tão pouco conhecido existia uma tribo indígena chamado índios dos Aroá. Nessa época havia um grupo de jesuítas que andavam nos povoados catequizando. Em uma de suas missões, chegara até a aldeia dos Aroá, terra muito produtiva. Ali se instalaram superando grandes dificuldades, e aos poucos foram conquistando os índios daquela tribo.

Enquanto se dava a convivência entre os índios e jesuítas, alguns fazendeiros em outras localidades, ouviram falar da aldeia, reuniram-se e resolveram invadi-las. Enquanto a paz reinava por lá; eles chegaram e iniciaram uma impiedosa invasão. Muitos foram mortos, outros ficaram bastante feridos, enquanto a Aruana fugiu. Depois que já estava tudo calmo, Aruana retorna à aldeia, ao encontrar seu esposo e sua filha mortos e a comunidade completamente destruída, ajoelha-se e joga uma praga: “aqui meus pés vão ficando, porém não voltam jamais, da mesma forma está terra e aqueles que nela estão, nunca progresso terão”. Os moradores agradecem por não terem sido vítimas da praga e serem um povo muito religioso, acreditam eles que são protegidos. Essa história ainda hoje é contada nas escolas e lembrada pelos seus moradores, como memória viva, dos fatos que aconteceram.

Figura 5 – Coluna de Pedra em homenagem a índia Aruana¹⁹



Fonte: <http://www.aroazes.pi.gov.br/multimidia/album/imagens-de-aroazes-65.html>.

Acesso em: 22.12.2016

¹⁹ A estátua em homenagem a índia Aruana não possui registros de quem a construiu, sabe-se apenas que foi implantada no Centro da cidade pelo prefeito Francisco Bernadone da Costa Vale.

Foi o prefeito Francisco Bernadone da Costa Vale, que homenageou a índia com uma estátua de pedra, no seu mandato de 2005 a 2012, não existem registro de data da estátua. A índia até hoje é lembrada pelos mais antigos pela praga que jogou na cidade, embora não exista nenhum registro que leve a comprovação deste acontecido, há quem ainda hoje peça proteção a Nossa Senhora da Conceição para que a praga não se consolide, afinal muitos filhos de Aroazes já construíram fortunas nesta cidade, o que nos leva a crer que embora a índia tenha feito esse mal agouro, em função da dor pela perda dos seus familiares, a maioria da população acredita que as bênçãos da Virgem da Conceição são mais fortes sobre o povo.

Portanto, esse monumento foi uma homenagem prestada a essa índia, em forma de reconhecimento por sua realização nessa respectiva região.

O Sr. Antônio Pereira²⁰ deixa claro que a cidade de Aroazes originou-se da Aldeia dos índios Aruaques. Com um processo de catequização realizados pelos jesuítas que fundaram a chamada missão jesuítica, as margens do rio Tabuá. Além da população indígenas, existiam outras pessoas que também se juntaram por lá. Os relatos dele trazem um conhecimento amplo de um simples morador, conhecedor dessa história. O mesmo não tem vínculos políticos e sociais na cidade, apenas relatou fatos que ocorreram na época.

O núcleo populacional já era bem acentuado, o que levou o Bispo do Maranhão Dom Frei Manoel da Cruz instalar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aruaques, cujo o objetivo era oficializar como cristão a população jovem através do batismo, bem como, os adultos que também não haviam recebido o sacramento, além do mais unir através do matrimônio os casais que ainda estavam sem o sacramento matrimonial. Os jesuítas cumpriram o seu papel na missão dos Aruaques, e no salvamento das almas perdidas.

Como disse o senhor Odimar Mendes Frazão os primeiros povos que se estabeleceram em Aroazes foram os índios. Ele contou que várias tribos estiveram nessa região e nos citou algumas: Aroaques, Aroás, Acaroás e tribos similares.

A cultura indígena dessa época não é tão diferente do restante do Brasil, cultuavam a natureza, pintavam o corpo, eram nômades, alimentavam de caça, pesca e frutos silvestres, cultivavam a mandioca, andavam nus e seminus, usavam

²⁰ Sr. Antônio Pereira foi selecionado nessa pesquisa pelo seu conhecimento e suas vivências nessa região. Ele não tem nem um tipo de relação política e social na cidade, é apenas um simples morador. A pesquisa foi feita através de questionário aberto e gravações oral.

cocar, arco, flecha e tinham seus rituais de religião. Suas influências marcantes, estavam direcionadas as raízes culturais, seus hábitos e costumes. Hoje, existe relatos dessa história que comprovam a semelhança com o restante do Brasil. Não tem mais indígenas vivos em Aroazes atualmente, somente vestígios de suas realizações.

Figura 6 - Igreja de Aroazes – Sagrado Coração de Jesus



Fonte: http://www.portalaz.com.br/imagens/geral/20090216153952_4524b.jpg

Esse monumento serve para descrever a contribuição indígena, na construção da nova igreja. Os indígenas trabalhavam na colocação das pedras e das colunas do novo templo.

O índio teve sua contribuição religiosa nas missões e catequização com a ajuda dos jesuítas. Eles frequentavam o templo, apenas para cumprir as formalidades religiosas.

A relação vai de teoria do sujeito para sujeito, são múltiplos não apenas em sentido político, mas nas capacidades, possibilidades e potencias. O poder era centralizado em pequenos grupos, fundamentados pela soberania. Esse poder refere-se a relação de dominação, quem pode mandar e quem tem que respeitar.

Mesmo Aroazes não sendo efetivamente uma cidade, por pertencer a Valença do Piauí, com o desejo de um maior desenvolvimento, foi criado a Lei nº

1.249 de 1º de julho de 1929, transferindo-se o patrimônio de Valença do Piauí para a Missão de Aroazes, pois antes a mesma pertencia a Valença. Mas tarde, a 01 de janeiro de 1962 criou-se a lei 2255, publicado em Diário Oficial a 27 de fevereiro do mesmo ano como data de aniversário da cidade mediante cláusulas especiais, Aroazes foi emancipada, adquirindo sua independência política.

Segundo as palavras do Sr. Odimar Mendes²¹ o povo dessa cidade além de participar das missões, eram muito religiosos, iam a missa com frequência e os festejos de Nossa Senhora da Conceição – dezembro. A fé cristã estava muito presente nessa época.

As pessoas se reuniam para fazer suas orações na fazenda Serra Negra onde tinha uma capela dentro do casarão, com um oratório de madeira, dedicado a Nossa Senhora de Santana, mesmo depois da expulsão dos jesuítas o povo manteve-se na fé.

A devoção aos santos era expressa nas novenas e romarias (São Francisco – Canindé, Padre Cicero, Juazeiro, Santa Cruz dos Milagres – Santa Cruz).

A igreja católica teve um papel importante na ascensão de um povoado, a condição de vila e depois cidade. O templo religioso era a referência como espaço, para que o povo cresça na fé, assuma o compromisso como verdadeiros cristãos. A igreja, sempre se preocupou com a questão social, com a criação de pastorais para crianças, com o objetivo de dar maior assistência às crianças carentes e a suas mães, afim de que todos tenham vida e vida em abundância. Como atividade básica vem incentivando a alimentação alternativa, o aleitamento materno, vacinação, peso, remédios caseiros e favorecendo momentos de formação e confraternização.

²¹ Odimar Mendes Frazão foi selecionado, por fazer parte da história da cidade e poder compartilhar suas memórias e seu conhecimento para realização dessa pesquisa. O entrevistado é casado, nasceu em 06 de setembro de 1939, pedreiro, filho da terra.

3 MEMÓRIA DO POVO NA CIDADE DE AROAZES: Sujeitos históricos, desenvolvimento urbano e monumentos (in)material

A origem da cidade de Aroazes, mostra sinais do tempo que nela emprega profundas marcas. O mundo é produto do homem da sociedade e, portanto, o espaço produzido em cada momento de um modo diferenciado.

Nessa época os índios desenvolviam seus trabalhos em coletividade, conforme o grau e a hierarquia de cada grupo. Não existia pagamento, as funções masculinas e femininas eram de subsistência para o próprio consumo, que era permitido a eles.

Acreditamos que a historiografia piauiense é importantíssima para compreender como a “experiência” (THOMPSON, 1981) dos remanescentes indígenas no território piauiense, modifica e é modificada pela formação da consciência e da luta deflagrada pelos os antagonismos, entre explorados e exploradores, pois o aprendizado político destes níveis variados de formação da consciência histórica é o que tem feito com o que a forma de opressão entre os seres humanos tenham sido socialmente criticadas, combatida, reformada e até historicamente revolucionada.

Ao entrevistar alguns moradores que vivenciaram essas transformações urbanísticas, percebemos que as memórias eram marcantes na vida deste povo, que tinham a certeza que Aroazes ia desenvolver-se, mesmo que a passos lentos. Um povoado que se destacou pela sua origem indígena agregadas as missões religiosas, a importante fazenda Serra Negra, que tem um papel importante na religiosidade dos fiéis, juntamente com os colonos, jesuítas e indígenas.

Para Claudete Dias (2011), a história dos índios no Piauí: “Objetiva preencher uma lacuna na historiografia local e nacional, com a sistematização dos trabalhos sobre uma temática que pode afirmar categoricamente que existe sim uma história de índios no Piauí e que é de fato um lugar da memória histórica das diversas etnias que habitavam o território e hoje está cheio de lembranças análises de registros deixados pelo povo indígenas”.

Portanto, ainda hoje existe vestígios históricos dos índios piauiense no processo de colonização e civilização motivado pelos brancos dos sertões do Piauí. As grandes influencias estão implícitas pela cultura do colonizador por suas experiências transmitidas a outras gerações.

Após a instalação do município no ano de 1962, o espaço urbano vivenciou muitas transformações, construções, caracterizando, o nascimento de mais uma cidade no sertão do Piauí. Para muitos moradores, chegaria uma série de progressos e transformações urbanísticas para Aroazes, contudo, percebemos que o desenvolvimento ocorreu de forma contínua. E até hoje, encontramos registro dessa história.

Dessa forma, podemos perceber que a entrevista de Dona Doralice Soares da Costa, foi bastante significativa, pelo detalhe dos símbolos (culturais e religiosos) da época e que se apresentava da seguinte maneira:

O povo é temente a Deus. As casas todas com Oratório e Caritó (cheio de santo). As festas religiosas comemorando de forma particular em suas casas. Festejos em igrejas e após a 6ª feira da paixão (festa profana, após a meia noite) (ENTREVISTA D. DORALICE).

A descontinuidade histórica, para Foucault, tem um papel importante na análise histórica, de uma forma investigativa que não seja algo desinteressado, na medida que procede por escolhas temáticas inseridas em periodizações do objeto a ser investigado. O resultado da descrição evidências a rupturas históricas que emergem a uma dispersão dos acontecimentos e da continuidade do sujeito. Essa noção de descontinuidade reflete a uma análise arqueológica, de forma positiva em relação a análise de histórica genealógica²².

As formas de lazer e brincadeiras estão em evidência até os dias atuais e atraíam multidões.

A cultura aroazense é marcada por dois momentos fortes, onde a comunidade celebra o festejo do Sagrado Coração de Jesus em julho e Nossa Senhora da Conceição. Essa região é marcada pela religiosidade. Descrevo apenas a história.

Existe as festas folclóricas, como: festas juninas, rodas de São Gonçalo, Reisados e Teatro Popular, são momentos em que a comunidade faz suas manifestações através de danças. Os bailes à noite era uma forma de lazer, eram muito boas, as pessoas iam depois da novena, ao toque da sanfona e do bombo.

A cultura também é marcada pelo jeito alegre de ser do nordestino que apesar das dificuldades econômicas e financeiras sempre encontram um tempo para

²² Essa ideia de descontinuidade histórica de Foucault revela uma análise de um sujeito a sua origem metafísica. Pois a genealogia não se opõe à história como visão ativa e profunda, ela se opõe, ao desdobramento meta – histórico das significações ideais e indefinidas.

divertir-se. Isso é tão forte na alma do povo que quase toda pequena cidade tem grupo musical para animar as festas.

Na cultura também vamos encontrar o espírito de solidariedade entre as famílias nos momentos alegres, e, principalmente, nos momentos de tristezas como doenças, morte (sentinela), enterro e sétimo dia.

A missa (Eucaristia) está encravada na vida do povo cristão e católico. A missa, continua sendo o ponto alto de toda a vida sacramental da igreja.

Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: acervo próprio (2017)

A igreja católica, que sempre se preocupou com a questão social, resolve implementar a Pastoral da Criança em Aroazes com o objetivo de dar maior assistência as crianças carentes e a suas mães, a fim de que todos tenham vida e vida em abundância. Como atividade básica vem incentivando a alimentação alternativa, o aleitamento materno vacinação, peso, remédios caseiros e favorecendo momentos de formação e confraternização.

Segundo D. Doralice a cidade se destaca também pelas festas juninas, festivais de quadrilhas, a festa da índia, a dança do lizeu. Sem falar nas festas religiosas, com barracas, leilões, corridas de vaqueiro. A mesma relatou que ainda

tem a festa profana do povo que é dançante e geralmente é depois da meia noite da 6ª feira da paixão.

Figura 8 - Retábulo da Capela com a Imagem de N.S. de Santana



Fonte: <http://www.piracuruca.com/images/se6.jpg>. Acesso em 12.10.2016

O retábulo da Capela está localizado na casa antiga da Fazenda Serra Negra. É um ponto de encontro dos fiéis para fazer suas orações.

A Srª. Doralice falou que a religiosidade é marcante. O povo é temente a Deus, festejando as divindades coletivas e de caráter particular nos seus oratórios e caritó com santos em suas casas.

3.1 Festas Religiosas, Indígenas e Profanas

O Brasil nasceu sob a égide do cristianismo. As festas religiosas na sua essência mantêm as origens ameríndias. Pois sofrem influências americanas, indígenas e relações com os negros da África. Em Aroazes não foi diferente, sofriram as mesmas influências em suas festas.

A Semana Santa, os rituais, a musicalidade, festas dançantes inclusive na sexta-feira da paixão, mesmo alegando iniciar após a meia noite, elas estão

inseridas na religiosidade. O cristianismo é apenas a religião predominante nessa região. As festas indígenas e profanas também são manifestações religiosas.

As práticas de cura eram feitas pelos índios, representado pela figura do Pajé, que era detestado pelo os cristãos e chamado de feiticeiro. Nessa época a igreja discriminava qualquer tipo de cura caseira. O Pajé, sempre que era solicitado ia socorrer os doentes e ganhar seu dinheiro. Esse processo de cura, é realizado até hoje por senhoras idosas. (LIVRO DE TOMBO).

As rodas de São Gonçalo, na essência a roda teria que ser formada apenas por mulheres de vida livre (prostitutas), daí ser considerada uma festa profana se for seguido a rigor a tradição. Na época do coronelismo, o moralismo estava em evidência e as festas eram bastante criticadas e excluídas pela sociedade. Mas o tempo se encarregou de inserir novos percentuais distribuídos em mulheres supostamente virgens variando de 1 a 2, mulheres casadas sérias, mulheres faladas e um percentual maior de mulheres de vida livre. Quando isso ocorre, alguém resmunga do recebimento ou não da promessa através das rodas ou dança. Mesmo assim existe sempre alguém que não ajuda a mudar sempre critica.

Tudo o que era diferente dos dogmas do catolicismo chamava atenção do povo. As festas, as manifestações artísticas, mesmo com a participação em massa, causavam indiferença para os moralistas.

Nas festas juninas, ocorrem também o caráter profano, pelo compadrio, os laços familiares através do fogo sem aprovação ou participação de um chefe religioso. É comum ocorrer casamentos na fogueira e como não tem a benção de um sacerdote, o matrimônio ocorrido adquire a conotação profana.

As festas juninas atribuídas aos santos: Antônio, João e Pedro, eram bastantes animadas. A fogueira era mais utilizada na noite de São João embora muitas famílias realizavam na véspera do dia 23. Às 6 horas acendiam a fogueira, à medida que o tempo passava os vizinhos iam chegando e a festança começava. No dia seguinte, parcela do carvão era guardado e também da cinza que restava os “tições” três eram escolhidos e muito bem guardados para serem acesos nos três dias de escuro do fim do mundo (um para cada dia).

A festa de São Pedro, era menos festejada, a fogueira era acendida pelas viúvas como sinal de respeito pelo marido que havia morrido. A viúva que não fizesse a fogueira ficava falada e mal vista na comunidade.

As festas religiosas da elite local branca estava ligada a tradição portuguesa. Mais a medida que se afastava da igreja cristã, as festas ocorriam conforme o querer e o bem querer de quem organizava, seguindo os rituais, não litúrgicos, conforme as tradições dos seus ancestrais, tais como: o ritual de nascimento, o respeito as leis da natureza, o sol, a lua, a posição das estrelas, os cantos dos pássaros, os agouros dos animais e outros.

Existem também os rituais fúnebres, para o enterramento dos familiares, que acontece até hoje na cidade de Aroazes e é um acontecimento. As danças também têm o importante papel, na cultura deixada pelos índios, através do seus hábitos, costumes, tradições e oferendas.

Os espetáculos teatrais, eram compostos de dramatizações que ocorriam geralmente em casa, em casa de família ou nas escolas. Na oportunidade ocorriam também danças, mas a predominância maior eram as comédias, fábulas e cânticos.

As roupas eram de papel crepom ou papel de seda, todas muito bem coloridas. Adelina, era que protagonizava tudo. Era produtora, atriz, segurança, cuidadora das filhas alheias. Era muito divertido. Às vezes recebiam convite para se apresentarem em festejos na zona rural de Aroazes ou mesmo em cidades circunvizinhas. (ADELINA SOARES ORGANIZADORA)

As comédias, fábulas e cantos era uma atração à parte, com objetivo de reunir as pessoas e reviver as histórias dessa época. Um momento de diversão único para os frequentadores.

Aroazes, tem uma população, onde a maioria é jovem, e não podemos deixar de ressaltar os momentos que são marcados pela juventude, festa dançantes, jogos de futebol, vôlei e as mais diversas datas cívicas e religiosas que merecem homenagem. De modo particular merece destaque o teatro popular que é assistido por todos.

A cultura é marcada pelo jeito alegre e contagiante desse povo, que apesar das dificuldades econômicas e financeiras, sempre encontram um tempo para divertir-se. Isso é tão forte na alma do povo que quase toda pequena cidade tem grupo musical para animar as festas. Para Durval Muniz de Albuquerque, a subjetividade masculina tem relação de força que dirijam a uma estratégia

articulada, sujeição de corpos e construção de estereotípicos como discursos que forjam o nordestino²³.

Na cultura também vamos encontrar o espírito de solidariedade nos momentos alegres, e, principalmente, nos momentos de tristeza.

Do ponto de vista religioso, a espiritualidade tem sido sempre a marca cultural mais forte de um povo de fé. É bem verdade, que às vezes esta fé se confundiu com outras expressões que nem sempre agradam a Deus.

A espiritualidade cristã é marcada pela penitência que passa pela dor e pelo sofrimento. Na concepção do povo só o sofrimento salva e pode descontar os pecados. É por isso que o povo dessa região gosta mais de celebrar a sexta-feira santa, um sétimo dia de alguém. A espiritualidade cristã, está viva mais não é a única, as concepções religiosas estão presentes na memória desse povo que acredita que a dor salva pela fé.

Baseado na cultura popular, a missa ainda é, e sempre será o centro de espiritualidade católica. Pois que chova ou faça sol o povo ainda tem paixão muito grande pela eucaristia, que sem dúvida é o ponto alto da espiritualidade cristã e fruto da evangelização. A religião é muito forte na cidade de Aroazes, porque marca o início da história deste povo fiel as orações e aos princípios da fé.

A principal igreja foi construída no lugar de um curral de pedras para que no ano seguinte houvesse a festa de Nossa Senhora da Conceição e os fiéis pudessem participar de uma corrida de fogos simbólicas e das atividades propostas pelo templo. O índio não contribuiu apenas para a colocação das pedras e sim para as missões e o processo de catequização feito com a ajuda dos Jesuítas.

Em 1725, o Padre Gabriel Malagrida (também Jesuíta) em visita itinerante missionária à missão dos Aroazes pediu ajuda ao povo para terminar a capela de Pedra de Nossa Senhora da Conceição. Provavelmente inaugurada em 1726, antes da saída do Padre Miguel de Araújo Nogueira.

As festas religiosas de Aroazes são duas as principais: a do Sagrado Coração de Jesus em julho e a da imaculada Conceição, em dezembro. A devoção a nossa Senhora da Conceição de Aroazes foi a primeira do Piauí.

²³ Para Durval de Muniz Albuquerque o uso de estereotípicos nordestinos reflete a um período de transição a uma sociedade patriarcal e socialista cheia de preconceitos e desigualdades. Tudo esta direcionado a força dos gêneros no caso o masculino.

Todo o período da festa, foi refletido sobre o tema “Maria Evangelizadora da Justiça e da Paz”, a partir desse tema, tinha os subtemas ligados à vida Maria com seu povo. A celebração do sacramento do batismo foi bem participada. Houve uma grande procura, nas preparações que se aprofundavam mais na questão do compromisso missionário e cristão dentro da igreja.

É importante registrar que todo mês de maio foi celebrado nas famílias, um momento que motivou a participação do povo, finalizando com a coroação de Nossa Senhora. Vale ressaltar, que as duas festas mais importantes de Aroazes, seguem a mesma programação.

O Padre Tomé de Carvalho (pároco da Mocha), já administrava sacramentos com um colaborador em período forte de missão. Ele encontra-se novamente na festa de Nossa Senhora da Conceição nos anos de 1716, 1724 e 1729, o qual pertencia à freguesia da Mocha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi feita a partir da análise de textos, fotos, registros documentais, memórias, mapas, apostilas, revistas e relatos orais com as pessoas da cidade sobre a história e memórias de Aroazes.

O termo religião consiste em ligar o sujeito homem ao divino (Deus). São diversas religiões espalhadas pelo mundo, onde cada indivíduo tem por livre e espontânea vontade escolher o qual deseja seguir. Na memória religiosa da cidade de Aroazes existe sim a presença indígena na religião e participação das atividades da igreja, das missões, na catequese.

O processo de catequização e civilização indígenas no Piauí, nos séculos XVIII e XIX, leva em conta as relações desenvolvidas entre indígenas, colonizadores, jesuítas, governantes de capitanias e província do Piauí.

A relação de contato entre eles, nunca foi passiva durante esse processo, existia o dominador e o dominado. Eles reagiam nas guerras e atacavam as fazendas para se defenderem das imposições. Para Foucault, o poder deve ser analisado como algo que circula ou melhor, como algo que só funciona em cadeia, nas mãos de quem tem e estão sempre em posição de exercer o domínio, e de sofrer sua ação.

Para Viveiros o homem passou a ter o poder de discriminar quem é o índio e quem não é o índio, a pronunciar-se com autoridade sobre a matéria, de modo a instruir a instância que tem o tal poder de discriminação. Essa relação de poder reflete uma correlação de forças, onde um manda e os outros obedecem.

A realização dessas festividades: religiosas, indígenas e profanas eram uma forma de integração social entre os sujeitos e os grupos presentes no interior dessa sociedade e também uma forma de lazer para os jovens. Cada festividade tinha sua importância, seguindo as tradições, os costumes, que ficaram desde do início da formação de Aroazes.

Este trabalho de pesquisa contribui para resgatar um pouco das memórias desse povo nativo e sua religiosidade. Esses povos não eram somente cristãos, eram fiéis a uma religião e seus princípios, o que restou foram vestígios, de uma essência cultural de hábitos, costumes e registros na memória deste povo.

Esse estudo pode ser aprofundado através de pesquisas futuras por outros historiadores, educadores, críticos, estudantes e pessoas que tenham interesse de conhecer profundamente esta história e sintam necessidades de buscar mais informações, coletar novos dados, fazer um estudo amplo para mostrar as novas gerações a importância de conhecer e explorar a historicidade e os povos nativos da região.

REFERÊNCIAS

I – FONTES ORAIS

FREITAS, Sonia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. 2. ed. São Paulo; Associação Editorial Humanista, 2006.

NUNES, Emília Pereira da Silva. *Versos do Dr. Jeremias Pereira da Silva*. Entrevista concedida a Antônio José Mambenga, Teresina, 2012.

OEIRAS, Joca. *Fazenda Serra Negra: o Piauí que o Piauí desconhece*. 2010. Disponível em: www.fnt.org.br/artigos.php?id=632>. Acesso em 21/03/2016.

ROCHA, Virgílio. *Entrevista concedida a Antônio Jose Mambenga, Valença do Piauí*, 2012.

RODRIGUES JÚNIOR. *Boi Serra Grande de Valença do Piauí*. Folheto de Cordel. 1948.

SILVA, Suênia Maria de Génesis Soares. *Aconteceu, não vi, mas me contaram assim...* Picos: Gadelha, 2010. (Microprojetos Mais Cultura). Valença do Piauí, 2/08/2012.

SILVA, José Alberto Pereira da. *Entrevista concedida a Antônio José Mambenga, Valença do Piauí*, 2012.

_____. Lei Orgânica Municipal. Estado do Piauí. Município de Aroazes.

157-1740, Março, 15, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [João de Abreu Castelo Branco], acerca da guerra com os índios Guegué e Acoroás, ao longo do rio Tocantins, e do material militar e soldados que se têm preparado para este confronto.

Anexo: 34 docs.

AHU-Piauí, cx. 2, doc. 58; cx.25, doc. 63; Maranhão nv 849, 850, 858

AHU_CU_016,Cx. 3, D. 157.

235-1745, Julho, 24, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, acerca da guerra com os índios e a paz om a nação Guegué, elogio do desempenho do capitão-mor, Antônio Gomes de leite, nesta guerra e propõe para este o hábito da Ordem de Cristo.

Anexo: 15 docs.

AHU-Maranhão, cx. Nv 854, 1914; Pará, cx.nv.805; Piauí, cx. 3, doc. 21.

AHU_CU_016,Cx. 4, D. 235.

III – LIVROS DE MEMÓRIA

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica, corográfica da Província do Piauí*. COMEPI, Teresina, 1981. Ed. Original de 1855.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica, corográfica da Província do Piauí*. COMEPI, Teresina, 1981. Ed. Original de 1857.

BONIFACIO, Maria de Fátima. *Memórias do Duque de Palmela*. Alfragide - Publicações Dom Quixote, 2011

MAMBENGA, José Antônio (1987). *História e memória dos vaqueiros de minha terra...*. In: Revista Encontro dos Vaqueiros resgatando história. Instituto Vale do Sambito, ed. N° 2/2013.

I LIVRO TOMBO. Paróquia de São Félix do Piauí, às folhas 185 a 186.

IV REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falar. Uma História do gênero masculino*. (Nordeste – 1920/ 1940). Maceió. Editora Catavento. 2003.

BAPTISTA, João Gabriel. *Etno-história indígena piauiense*. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Souza (org). *História dos índios do Piauí*. Teresina: EDUFPI/ GRÁFICA DO POVO: 2011. p, 123 – 203.

BRANDÃO, Carlos Augusto R; MIRANDA, Lossian B. B. *Demonização e mitificação de Luis Carlos da Serra Negra*. Publicação do XI Encontro Nacional de História Oral - Memória, democracia e justiça, UFRJ. Associação Brasileira de História Oral, 2011. http://www.encontro2012historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340394649_ARQUIVO_DemonizacaoENHO2012UFRJ.pdf. Acesso em 02/04/2016.

BRANDÃO, Wilson. *Formação social. Piauí: Formação-desenvolvimento-perspectivas*, organizado por R.N. Monteiro de Carvalho. FUNDAPI, Teresina, 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. CPRM - *Serviços Geológico do Brasil*. Santa Cruz dos Milagres. 2003. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/mapas/173.pdf>>. Acesso em 21/03/2016.

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas*. São Paulo. Martins Fontes. 1996, p. 15.

BASTOS, Claudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

CASTRO, E. V. *Histórias Ameríndias: História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha, org. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992,. Resenha. *Novos Estudos* n.º 36. p. 22 – 33: Julho de 1993. Disponível em:

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/70/20080625_historia_dos_indios.pdf. Acesso em 17/08/2016.

CARVALHO, Manuel de. *Descrição do sertão do Piauí*: comentários e notas de Pe. Cláudio Melo. Teresina: Gráfica Mendes, 1993.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653 – 1769)*. Campinas-SP: [s.n.], 2005.

CHAVES, Mons. Joaquim. Jesuítas no Piauí. In: ____ *Obra Completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

_____. *O Índio no solo piauiense*. In: ____ *Obra Completa*: Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

CERTEAU, Michael de. *Caminhadas pela cidade*. In: *A invenção do cotidiano; 1- Artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes, 1996, p. 189-207.

CERTEAU, Michael de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREA, Wilson. Da liberdade ao extermínio. In: *História dos índios do Piauí*. Claudete Maria Miranda Dias; Patrícia de Sousa Santos. Teresina, EDUFPI/Gráfica Do Povo: 2011. p. 35 – 456.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. *Planap: Síntese executiva: território Vale do Sambito*. Brasília: TDA, 2006.

CUNHA, Hygino. *História das Religiões no Piauí*. Teresina-Piauí, papelaria piauiense, 1924.

DIAS, C.M.M. (Org.); S, Patricia (Org.) **História dos índios do Piauí**. Teresina: Editoria UFPI/, 2010. V. 1.595 p.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares: (Francisco da Cunha Castello Branco e sua descendência) - Piauí: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba; São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008.*

FREITAS, Antônio Gomes de. *Inhamuns (terra e homens)*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.

FREITAS, Pe. Gilberto. *Paróquia de Nossa senhora do Ó e Conceição: história de um povo e sua fé*. Secretaria Municipal de Valença do Piauí. Teresina. 56 Gráfica e Editora Ltda, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michael Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michael. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. *História em verso e reverso*. Revista de História da Biblioteca Nacional, a. 2, n. 13, p.82, out. 2006.

Livro N° 1 de Batismo de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras-PI.

MELO, Pe. Cláudio. *Fé e Civilização*, 1991.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. *Ata de Audiência Pública*, 02 de julho de 2010. DISPONÍVEL EM: <<http://www.mp.pi.gov.br/internet/attachments/Ata%20Serra%20Negra%2002%20de%20julho.pdf>>.

MIRANDA, L B. B. *Os autos de justificação do coronel serra negra e a carta de brasão de armas do capitão mor Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar*, <http://pyaugohy.blogspot.com.br/2012/06/os-autos-de-justificacao-do-coronel.html>. Acesso em 29/04/2016.

MIRANDA, Lossian B. B. *Heróis do Jenipapo*, 2012. Em pyaugohy.blogspot.com.br/2012/09/herois-do-jenipapo.html. Acesso em 02/04/2016.

_____. *Os autos de justificação do coronel Serra Negra e a carta de brasão de armas do capitão-mor Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar*, 2011. Acesso em 01/04/2016.

MIRANDA, Reginaldo. *A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí*. Teresina, 2005.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. *De papagaio a Francinópolis*. Teresina: EDUFPI, 2008.

MOTT, Luiz. *Transgressão na calada da noite: um sabá de feiticeiros e demônios no Piauí colonial*. Texto de História, v. 14, n. 1 -2, p. 57-84, 2006. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6055/5013>>. Acesso em: 21/03/2016.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros*. Teresina: FUNDAPI;

REIS, José Carlos. *Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa*. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC – 9º ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.*

O DOIS de Julho, *a festa mais popular do País*. A tarde, Salvador, 3 jul. 1997. p. 1.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Pernambuco, Recife: o Autor, 2007.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3 (1989), p. 3-15.

RICCEUR, Paul. *Memória Pessoal, a memória, a história, o esquecimento*. Capinas, sp: Editora da Unicamp. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PIAUI. FUNDEC. DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL. Levantamento Arquitetônico da Fazenda Serra Negra em Aroazes-PI.

QUINTA DA BREIA. *Turismo e viticultura*. Disponível em: <<http://www.casadabreia.com/>>. Acesso em 21/03/2016.

RODRIGUES JÚNIOR. *Boi Serra Grande de Valença do Piauí*. Folheto de Cordel. 1948.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. *Timon, uma flor de cajazeira: do povoamento à vila*. Timon: 2007.

TAPETY, Audrey Freitas. *O vaqueiro no Piauí: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000)*. Imperatriz-MA: Ética, 2007.

TIPHAGNE, N. O índio em salvador: uma construção histórica. In: Carvalho, MR., and CARVALHO, AM., org. Índios e caboclos: a história recontada [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 30-54. ISBN 978-85-323-1208-7. Available from ScieELO Books <http://books.scielo.org>

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros.**/ Tradução de Maltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIVEIROS, Eduardo. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. In: Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo. Instituto Sócio ambiental, 2006. p. 41.

WILLIAMS, Raymund. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar 1979.

V - WEBSITE

[cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun =](http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=)

<[http:// cod.ibge.gov.br/149B](http://cod.ibge.gov.br/149B)

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

APÊNDICE “A” - ENTREVISTA

1º - Qual seu nome completo?

2º - Qual o lugar onde nasceu e sua data de nascimento?

3º - Qual a sua profissão?

4º - O senhor pode me falar, o que deu origem a Aroazes?

5º - Quais os primeiros povos que chegaram nessa terra?

6º - O senhor pode citar: as tribos indígenas que estiveram nessa região?

7º O senhor pode falar da cultura indígena dessa época?

8º Quais as contribuições dos Jesuítas?

9º Queria que o senhor falasse a respeito do monumento indígena.

10º Qual a data da inauguração da estátua da índia, que tem na cidade?

11º Existe registros, desses povos indígenas?

12º Como o indígena era visto pelo colonizador?

13º Fale da principal fazenda, que existiu em Aroazes?

14º Qual a importância que a fazenda Serra Negra teve no processo de povoamento?

15º A religião vem desde das missões de Aroazes ou ainda é fruto da cidade Valença? Explique.

16º Sabe-se que, as pessoas se reuniam para fazer suas orações. Elas tinham um local específico?

17º As práticas de cura eram desenvolvidas por quem?

18º As festas religiosas tinham alguma relação com as festas indígenas?

19º Como os índios se reuniam, para desenvolver seus trabalhos?

20º As festas profanas tiveram destaque em que épocas?

21º Quais as principais festas profanas da região?

22º Fale sobre:

a) O índio e os legados deixados por eles.

APÊNDICE “B” – TABELA DE DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

NOME	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE ORIGEM	MÉTODOS E TÉCNICAS
Antônio Pereira da Silva	Investigador de Polícia	Casado	05/11/1923	Aroazes	Oral e Questionário Aberto
Doralice Soares da Costa	Funcionária Pública Estadual	Casada	13/05/1955	Aroazes	Oral e Questionário Aberto
Djalma Soares de Sepúlveda	Lavrador	Casado	31/12/1928	Aroazes	Oral e Questionário Aberto
José Ribamar Mourão	Agricultor	Casado	20/11/1929	Aroazes	Oral e Questionário Aberto
Milton Araújo da Silva	Lavrador	Casado	25/04/1946	Aroazes	Oral e Questionário Aberto
Odimar Mendes Frazão	Pedreiro	Casado	06/07/1939	Aroazes	Oral e Questionário Aberto

Fonte: Acervo dos Entrevistados (2017)

**APÊNDICE "C" – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE:

Angelo Pires da Silva
 _____, nacionalidade Brasileiro, estado
 civil Casado, data de nascimento 5/11/1928,
 profissão investigador Policia, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de
 identificação de Estrangeiro nº 42252, emitida pelo SSP,
 e do CPF nº 134 688 713 68, domiciliado e residente na Rua/
 Av./Praça detenho Soares.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí,
 estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador aldefran
 Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aldefran Alves
 pereira na de cidade AROAZES PI em 13/03/2017 num total de
8min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da
 Universidade Federal do Piauí, fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e
 publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 12 de março de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Angelo Pires da Silva

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE:

Doralice Soares da Costa
 _____, nacionalidade Brasileira, estado
 civil casada, data de nascimento 13/05/1955,
 profissão F. Pública Estadual, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de
 identificação de Estrangeiro nº _____, emitida pelo 358.139-Pi
 e do CPF nº 216.984.143-15, domiciliado e residente na Rua/
 Av./ Praça Rua Cícero Portela 983.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí,
 estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador Aldefran
 Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador Aldefran Alves
 pereira na de cidade AROAZES PI em 14/10/2017 num total de
5:45 min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da
 Universidade Federal do Piauí, fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e
 publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 14 de maio de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Doralice Soares da Costa

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Djalma Soares de Sepúlveda
CEDENTE

Djalma Soares de Sepúlveda, nacionalidade Brasileiro, estado civil casado, data de nascimento 31/10/1928, profissão Lavrador, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de identificação de Estrangeiro nº 701.859, emitida pelo SSP, e do CPF nº 791.41.29123-15, domiciliado e residente na Rua/ Av./ Praça Arival de Sousa Martins.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador aldefran Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais de depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aldefran Alves pereira na de cidade AROAZES PI em 13/03/2017 num total de 17:05 min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 13 de março de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Djalma Soares de Sepúlveda

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE:

Yonã Ribamar Aldefran
 _____, nacionalidade brasileira, estado
 civil casado, data de nascimento 20/01/1929
 profissão agricultor, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de
 identificação de Estrangeiro nº 394.721, emitida pelo _____,
 e do CPF nº 160.811.533-021, domiciliado e residente na Rua/
 Av./ Praça 27 de FEVEREIRO.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí,
 estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador aldefran
 Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aldefran Alves
 pereira na de cidade AROAZES PI em 13/03/2017 num total de
34:15 min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da
 Universidade Federal do Piauí, fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e
 publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 13 de março de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Yonã Ribamar Aldefran

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE:

Odilmar Mendes Franjo
 _____, nacionalidade Brasileiro, estado
 civil casado, data de nascimento 06/09/1939,
 profissão Pedreiro, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de
 identificação de Estrangeiro nº 278.763, emitida pelo SSP,
 e do CPF nº 139337003-25, domiciliado e residente na Rua/
 Av./Praça Delimha Soares.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí,
 estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador aldefran
 Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador aldefran Alves
 pereira na de cidade AROAZES PI em 13/03/2017 num total de
13:19 min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da
 Universidade Federal do Piauí, fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e
 publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 13 de março de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Odilmar Mendes Franjo

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE:

Milton R. Araújo da Silva
 _____, nacionalidade brasileira, estado
 civil casado, data de nascimento 25/04/1946
 profissão zavador, portador da Cédula de Identidade RG/ Cédula de
 identificação de Estrangeiro nº 701.869, emitida pelo _____,
 e do CPF nº 012.237.183-60, domiciliado e residente na Rua/
 Av./ Praça Amibal Moreira.

CESSIONÁRIO: Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí,
 estabelecido no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bairro Junco, Picos-Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada para fazer parte do acervo do pesquisador Aldefran
 Alves pereira do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí.

DO USO: Declaro ceder ao Núcleo de História Oral sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador Aldefran Alves
 pereira na de cidade AROAZES PI em 13/03/2017 num total de
22:12 min (fitas/horas) gravadas.

O pesquisador Aldefran Alves pereira, bem como o Núcleo de História Oral da
 Universidade Federal do Piauí, fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e
 publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Aroazes, pi 13 de março de 2017.

Assinatura do depoente/cedente.

Milton R. Araújo da Silva

ANEXOS

ANEXO A – Doc. de 1846 (julho, 11) – Oeiras do Piauí.

CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.

Além de pedir a caridade, o interesse e a segurança exigem que trateis muito seriamente de catequese e civilização²⁴ dos Índigenas, que de vez em quando fazem violência aos habitantes do Município de Parnaguá. Ainda a pouco foi necessário, como já disse, reforçar o destamento policial, que se conserva naquela Vila, e expedir ordem à Guarda Nacional para repelir insultos dos bárbaros, que ameaçavam a vida e bens de muitas famílias. O Governo Supremo, solícito em fazer chamar ao grêmio da Igreja, e a civilização esses restos dos primitivos habitantes do nosso território ordenou-me em Aviso de 11 de Agosto de 1845, que informasse se a Assembleia desta Província tinha consignado alguma quantia, e qual, para ser empregada em semelhante serviço, e no caso de negativa, se era provável que consignasse, coadjuvando o assim em tão justo e importante empenho. Respondi que nenhuma quantia havia sido destinada pelas leis em vigor a civilização dos Índigenas, além de 640 reis diários, que a lei nº 185 de 8 de Setembro de 1844, assegura a dois Missionários Capuchinhos, que se ocupem na catequese dos Índigenas, e na prédica do Evangelho, onde e quando o Governo da Província, de acordo com o Prelado da Diocese, julgar conveniente; mas que era muito supor, que esta Assembleia se não recusasse a concorrer para tão justo fim com a soma, que permitissem os atenuados cofres da Província Creio, Senhores, que fielmente interpretei os vossos sentimentos, e espero que consigneis a quantia, que vos parecer razoável, para auxiliar o Governo Geral no louvável empenho, em que se acha, de civilizar os Índios bárbaros. Cumpre-me dizer-vos, que havendo em ofício de 21 de Julho do ano pretérito solicitado do Ministério competente os dois Missionários Capuchinhos, de que acima falei tive em resposta o Aviso de 30 de Agosto do mesmo ano declarando que seria a minha requisição tomada em consideração logo que o Governo Geral pudesse dispor de algum Missionário, cuja

²⁴ O processo de catequese e civilização dos indígenas foi de suma importância para ajudar no desenvolvimento histórico do Piauí de modo particular da cidade de Aroazes. Esse documento tem relação com o meu trabalho ao inserir dados complementares sobre o índio na minha pesquisa.

falta então era absoluta por se terem empregado os que haviam, em outras Províncias – Até o presente não tive outra comunicação do Governo Imperial.

ANEXO B – Doc. de 1847 (julho, 21) – Oeiras do Piauí.

CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial.

Os Indígenas, que informei-vos o ano passado ameaçaram as vidas e as propriedades dos habitantes do Município de Parnaguá, foram felizmente contidos com as providências, que deram-se. Nesse em que consta-me haver hordas errantes, importa extremamente empregar-se a catequese²⁵; mas não há por ora missionários. Ao Governo Imperial, que cura com desvelo do aldeamento e civilização dos Índios, dei as informações, que sobre esta matéria pude obter, expendendo, especialmente, a necessidade de pregar-se naquela parte da Província a Religião de Jesus Cristo. Por decreto de 28 de Janeiro do corrente ano foi nomeado o Diretor Geral dos Índios desta Província, ao qual toca, pelo Regulamento acerca das missões, de 24 de Julho de 1845, uma vasta série de atribuições relativas à catequese e civilização dos Indígenas.

Cabe-me aqui, Senhores, agradecer-vos muito sinceramente e benignidade, com que, assentindo ao meu pedido, vos propus auxiliar o Governo Geral no louvável empenho da civilização dos Indígenas, consignado para esse serviço a quantia de 2:000\$000.

²⁵ Nesse texto consta dados que fala a respeito dos indígenas, ameaças, aldeamentos e civilizações dos índios. É um texto usado com um objetivo de complementar as informações na minha pesquisa.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Albano Alves Pereira,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
História e memória da cidade de Arcozelo: Indígenas
 Jesuítas e Fazendeiros na formação sociocultural
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de junho de 20 18.

Albano Alves Pereira
 Assinatura

 Assinatura